

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	20.523.289	19.827.147
1.01	Ativo Circulante	3.098.819	2.774.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.081.164	681.498
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.664	629
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.078.500	680.869
1.01.02	Aplicações Financeiras	375.570	381.785
1.01.03	Contas a Receber	216.971	208.164
1.01.03.01	Clientes	216.971	208.164
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	216.971	208.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	119.908	130.092
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	119.908	130.092
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.305.206	1.372.576
1.01.08.03	Outros	1.305.206	1.372.576
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	2.167	0
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	76.905	135.820
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	68.719	80.789
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.157.415	1.155.967
1.02	Ativo Não Circulante	17.424.470	17.053.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.374.942	7.361.015
1.02.01.04	Contas a Receber	19.670	19.670
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	19.670	19.670
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.355.272	7.341.345
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	37.008	35.838
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	3.123	5.929
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	52.405	52.025
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	0	2.617
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	7.262.736	7.244.936
1.02.02	Investimentos	9.668.282	9.294.555
1.02.02.01	Participações Societárias	9.668.282	9.294.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.773.907	1.719.323
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.442.072	6.178.571
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.452.303	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	214.328	222.428
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	214.302	222.315
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	26	113
1.02.04	Intangível	166.918	175.034
1.02.04.01	Intangíveis	166.918	175.034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	20.523.289	19.827.147
2.01	Passivo Circulante	1.439.604	2.038.891
2.01.02	Fornecedores	134.996	160.998
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	134.996	160.998
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	134.996	160.998
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.655	35.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.119	20.640
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11.835	12.328
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.701	2.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.033.172	1.287.626
2.01.04.02	Debêntures	1.032.792	1.287.195
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	380	431
2.01.05	Outras Obrigações	228.781	554.986
2.01.05.02	Outros	228.781	554.986
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	53.103	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	47.882	45.486
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	127.796	154.183
2.02	Passivo Não Circulante	11.124.474	10.179.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.492.224	8.543.141
2.02.01.02	Debêntures	9.492.089	8.542.958
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	135	183
2.02.02	Outras Obrigações	346.392	362.843
2.02.02.02	Outros	346.392	362.843
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	174.054	183.561
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	172.338	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	1.218.741	1.208.600
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.218.741	1.208.600
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	776.347	770.614
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	442.394	437.986
2.02.04	Provisões	67.117	64.690
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.117	64.690
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.531	18.500
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.252	6.130
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	40.334	40.060
2.03	Patrimônio Líquido	7.959.211	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	4.044.583	4.044.583
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.003.373	3.003.373
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	260.226	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	353.646	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-79.789	-76.372

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	542.529	672.640
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	348.420	474.218
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	194.109	198.422
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-124.754	-125.454
3.02.01	Pessoal	-21.474	-18.462
3.02.02	Material	-87.414	-99.143
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.155	-5.139
3.02.04	Depreciação e Amortização	-10.662	-745
3.02.05	Outros custos operacionais	-49	-1.965
3.03	Resultado Bruto	417.775	547.186
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	232.782	159.215
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.709	-51.848
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-32.848	-32.429
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-10.026	-9.802
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-12.305	-7.124
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-3.530	-2.493
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	291.491	211.063
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	291.491	211.063
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	650.557	706.401
3.06	Resultado Financeiro	-282.374	-307.115
3.06.01	Receitas Financeiras	27.135	15.778
3.06.02	Despesas Financeiras	-309.509	-322.893
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	368.183	399.286
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.537	-34.125
3.08.01	Corrente	-7.043	-5.092
3.08.02	Diferido	-7.494	-29.033
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	353.646	365.161
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	353.646	365.161
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34218	0,35333
3.99.01.02	PN	0,34218	0,35333
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34218	0,35333
3.99.02.02	PN	0,34218	0,35333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	353.646	365.161
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.417	-6.723
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	-3.417	-6.723
4.03	Resultado Abrangente do Período	350.229	358.438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	544.987	242.216
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	166.528	124.373
6.01.01.01	Resultado Líquido do período	353.646	365.161
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-291.491	-211.063
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	22.967	7.869
6.01.01.04	Provisão para riscos judiciais	769	450
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	0	-26.614
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	327.186	303.658
6.01.01.07	(Ganho) perda com instrumentos financeiros derivativos	-13.100	43.835
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	7.043	5.092
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.494	29.033
6.01.01.10	Tributos indiretos diferidos	4.407	9.237
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	82.456	77.880
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-194.109	-198.422
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-26.821	-143.045
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-102.973	-133.897
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-8.739	489
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-1.447	-1.403
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	2.037	2.071
6.01.01.18	(Reversão) para parcela variável	-748	-5.995
6.01.01.19	(Reversão) para custos adicionais de projetos	-2.060	0
6.01.01.20	Outros	11	37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	378.459	117.843
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	297.723	252.048
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	19.093	20.812
6.01.02.03	Outros créditos	15.943	-25.701
6.01.02.04	Fornecedores	-108.458	-90.412
6.01.02.05	Taxas Regulamentares	2.394	1.173
6.01.02.06	Outras contas a pagar	-35.337	-40.077
6.01.02.07	Dividendos recebidos das controladas	136.764	0
6.01.02.08	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	58.915	0
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.578	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-211.968	-685.911
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	13.784	-440.127
6.02.04	Adições líquidas no Imobilizado e Intangível	-6.752	-3.784
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-219.000	-242.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	66.647	-63.602
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	0	-11.884
6.03.02	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	799.590	621.198
6.03.03	Pagamento de debêntures - principal	-236.943	-291.666
6.03.04	Pagamento de debêntures - juros	-195.105	-161.619
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento	-109	-307

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.06	Pagamento de dividendos e JCP	-302.214	-210.349
6.03.07	Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	1.428	-8.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	399.666	-507.297
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	681.498	607.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.081.164	100.356

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	353.646	-3.417	350.229
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.646	0	353.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.417	-3.417
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-3.417	-3.417
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	4.044.583	353.646	-79.789	7.959.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.161	-6.723	358.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.161	0	365.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.723	-6.723
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.723	-6.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.328.565	365.161	-36.555	7.297.942

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	600.239	736.021
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	600.239	736.021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.865	-116.730
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.595	-114.084
7.02.04	Outros	-1.270	-2.646
7.03	Valor Adicionado Bruto	496.374	619.291
7.04	Retenções	-22.967	-7.869
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.967	-7.869
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	473.407	611.422
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	318.626	226.841
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	291.491	211.063
7.06.02	Receitas Financeiras	27.135	15.778
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	792.033	838.263
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	792.033	838.263
7.08.01	Pessoal	45.504	42.134
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.769	22.957
7.08.01.02	Benefícios	19.493	16.525
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.242	2.652
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	83.374	108.075
7.08.02.01	Federais	81.297	106.300
7.08.02.02	Estaduais	717	649
7.08.02.03	Municipais	1.360	1.126
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	309.509	322.893
7.08.03.01	Juros	327.186	277.044
7.08.03.03	Outras	-17.677	45.849
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-13.100	43.835
7.08.03.03.02	Arrendamentos	11	34
7.08.03.03.03	Outros	-4.588	1.980
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.646	365.161
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	353.646	365.161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	23.268.726	22.506.506
1.01	Ativo Circulante	3.864.132	3.579.382
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.091.121	741.596
1.01.01.01	Caixa e bancos	3.693	2.256
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.087.428	739.340
1.01.02	Aplicações Financeiras	512.539	544.150
1.01.03	Contas a Receber	273.463	262.410
1.01.03.01	Clientes	273.463	262.410
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	273.463	262.410
1.01.06	Tributos a Recuperar	150.778	148.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	150.778	148.487
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.836.231	1.882.739
1.01.08.03	Outros	1.836.231	1.882.739
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	3.545	262
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	14.203	73.118
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	102.591	107.672
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.715.892	1.701.687
1.02	Ativo Não Circulante	19.404.594	18.927.124
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.796.363	15.412.856
1.02.01.04	Contas a Receber	22.428	22.428
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	22.428	22.428
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.773.935	15.390.428
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	41.064	39.785
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	15.978	19.471
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	142.526	142.666
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	2.322	3.691
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	15.572.045	15.184.815
1.02.02	Investimentos	3.226.210	3.115.984
1.02.02.01	Participações Societárias	3.226.210	3.115.984
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.773.907	1.719.323
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.452.303	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	215.021	223.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	214.995	223.051
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	26	113
1.02.04	Intangível	167.000	175.120
1.02.04.01	Intangíveis	167.000	175.120

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	23.268.726	22.506.506
2.01	Passivo Circulante	1.686.325	2.285.134
2.01.02	Fornecedores	253.843	287.459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	253.843	287.459
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	253.843	287.459
2.01.03	Obrigações Fiscais	105.449	85.783
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.675	30.444
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	59.172	49.324
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.602	6.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.083.923	1.340.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.993	4.819
2.01.04.02	Debêntures	1.078.550	1.335.523
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	380	431
2.01.05	Outras Obrigações	243.110	571.119
2.01.05.02	Outros	243.110	571.119
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	53.103	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.809	54.029
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	133.198	161.773
2.02	Passivo Não Circulante	13.623.190	12.612.390
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.599.038	9.633.669
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37.738	38.526
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	37.738	38.526
2.02.01.02	Debêntures	10.561.165	9.594.960
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	135	183
2.02.02	Outras Obrigações	369.922	386.000
2.02.02.02	Outros	369.922	386.000
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	197.584	206.718
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	172.338	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	2.463.383	2.404.805
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.463.383	2.404.805
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.513.488	1.475.225
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	949.895	929.580
2.02.04	Provisões	190.847	187.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	190.847	187.916
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.881	21.831
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.053	6.987
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	159.913	159.098
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.959.211	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	4.044.583	4.044.583
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.003.373	3.003.373

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	260.226	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	353.646	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-79.789	-76.372

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.037.354	982.893
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	742.954	691.054
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	294.400	291.839
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-362.655	-324.230
3.02.01	Pessoal	-26.552	-22.973
3.02.02	Material	-318.145	-290.875
3.02.03	Serviços de Terceiros	-6.565	-6.853
3.02.04	Depreciação e Amortização	-10.667	-757
3.02.05	Outros custos operacionais	-726	-2.772
3.03	Resultado Bruto	674.699	658.663
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	41.775	108.714
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.451	-61.403
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-40.758	-39.205
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-11.157	-11.078
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-12.336	-7.131
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-4.200	-3.989
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	110.226	170.117
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	110.226	170.117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	716.474	767.377
3.06	Resultado Financeiro	-308.324	-344.291
3.06.01	Receitas Financeiras	34.240	21.770
3.06.02	Despesas Financeiras	-342.564	-366.061
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	408.150	423.086
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.504	-57.925
3.08.01	Corrente	-14.480	-7.165
3.08.02	Diferido	-40.024	-50.760
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	353.646	365.161
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	353.646	365.161
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	353.646	365.161
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34218	0,35333
3.99.01.02	PN	0,34218	0,35333
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34218	0,35333
3.99.02.02	PN	0,34218	0,35333

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	353.646	365.161
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.417	-6.723
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	-3.417	-6.723
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	350.229	358.438

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	264.559	131.130
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	151.847	112.685
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	353.646	365.161
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-110.226	-170.117
6.01.01.03	Depreciação e amortização	23.003	7.888
6.01.01.04	Provisão para riscos judiciais	725	1.146
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	911	-25.471
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	358.413	340.425
6.01.01.07	(Ganho) perda com instrumentos financeiros derivativos	-15.464	46.768
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	14.480	7.165
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.024	50.760
6.01.01.10	Tributos indiretos diferidos	19.434	18.812
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	312.194	268.610
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-294.400	-291.839
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-92.003	-231.530
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-444.533	-267.999
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-12.976	-4.576
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-2.308	-622
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	3.560	4.551
6.01.01.18	(Reversão) para parcela variável	-584	-6.484
6.01.01.19	(Reversão) para custos adicionais de projetos	-2.060	0
6.01.01.20	Outros	11	37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	112.712	18.445
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	420.157	356.113
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	16.633	21.148
6.01.02.04	Outros créditos	11.022	-18.601
6.01.02.05	Fornecedores	-345.989	-307.298
6.01.02.06	Taxas regulamentares	2.781	1.854
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-37.069	-30.457
6.01.02.08	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	58.915	0
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-13.738	-4.314
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	36.568	-591.862
6.02.01	Redução (aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	43.308	-587.827
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-6.740	-4.035
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	48.398	-80.503
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-908	-908
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-617	-12.665
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	799.590	621.198
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-248.306	-301.397
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-200.465	-167.161
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento	-110	-307

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.07	Pagamento de dividendos e JCP	-302.214	-210.349
6.03.08	Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	1.428	-8.914
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	349.525	-541.235
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	741.596	750.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.091.121	209.741

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982	0	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982	0	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	353.646	-3.417	350.229	0	350.229
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.646	0	353.646	0	353.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.417	-3.417	0	-3.417
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-3.417	-3.417	0	-3.417
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	4.044.583	353.646	-79.789	7.959.211	0	7.959.211

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.161	-6.723	358.438	0	358.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.161	0	365.161	0	365.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.723	-6.723	0	-6.723
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.723	-6.723	0	-6.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.328.565	365.161	-36.555	7.297.942	0	7.297.942

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.122.995	1.066.519
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.122.995	1.066.519
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-338.100	-313.196
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-335.867	-308.806
7.02.04	Outros	-2.233	-4.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	784.895	753.323
7.04	Retenções	-23.003	-7.888
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.003	-7.888
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	761.892	745.435
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	144.466	191.887
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	110.226	170.117
7.06.02	Receitas Financeiras	34.240	21.770
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	906.358	937.322
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	906.358	937.322
7.08.01	Pessoal	57.784	52.625
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.944	31.499
7.08.01.02	Benefícios	21.377	18.258
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.463	2.868
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	152.364	153.475
7.08.02.01	Federais	149.952	151.124
7.08.02.02	Estaduais	884	1.117
7.08.02.03	Municipais	1.528	1.234
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	342.564	366.061
7.08.03.01	Juros	359.324	314.954
7.08.03.03	Outras	-16.760	51.107
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	-15.464	46.768
7.08.03.03.02	Arrendamentos	11	34
7.08.03.03.03	Outros	-1.307	4.305
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.646	365.161
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	353.646	365.161



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2026 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 31 de março de 2026 e eventos subsequentes

09/01/2026 – O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu o Termo de Liberação referente ao reforço autorizado através da REA nº14.524/2023, na concessão São Pedro Transmissora de Energia S.A. em duas etapas. Aproximadamente R\$5.900 de Receita Anual Permitida ("RAP") adicional, equivalente a 91% da RAP autorizada para este reforço, com efeitos retroativos a partir de 20 de novembro de 2025; e aproximadamente R\$500 de RAP adicional, equivalente a 9% da RAP autorizada para este reforço, com efeitos retroativos a partir de 23 de dezembro de 2025.

15/01/2026 – A Companhia pagou aos debenturistas da 11ª emissão de debêntures, 2ª série, o montante de R\$251.827, sendo R\$216.667 de amortização e R\$35.160 de juros.

15/01/2026 – A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 2ª emissão de debêntures o montante de R\$16.723, sendo R\$11.362 de amortização e R\$5.361 de juros.

11/03/2026 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização do reforço autorizado através da REA nº 15.196/2024 na SE Itacaiúnas relativo à instalação do 2º Banco de Reatores na concessão ATE III Transmissora de Energia S.A. Com esta energização, a ATE III passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$ 6.700 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 4 de março de 2026.

15/03/2026 – A Companhia concluiu uma captação de recursos através da 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$800.000, da espécie quirografária, em duas séries, sendo R\$400.000 da 1ª série e R\$400.000 da 2ª série.

16/03/2026 - A Companhia pagou aos debenturistas da 7ª emissão de debêntures, o montante de R\$40.174, sendo R\$20.277 de amortização e R\$19.897 de juros.

16/03/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 14ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R\$26.599, sendo R\$10.526 da 1ª série, R\$2.858 da 2ª série e R\$13.215 da 3ª série.

16/03/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 16ª emissão de debêntures no montante de R\$29.697.

16/03/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 15ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R\$83.750, sendo R\$74.666 da 1ª série e R\$9.084 da 2ª série.

17/03/2026 – O ONS emitiu o Termos de Liberação referentes à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV na concessão Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (TNG). Com esta energização, Tangará passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$ 35.100 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 32,5% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 25 de fevereiro e 6 de março de 2026.

15/04/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 12ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R\$40.951, sendo R\$20.308 da 1ª série, R\$9.927 da 2ª série e R\$10.716 da 3ª série.

23/04/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 19ª emissão de debêntures, no montante de R\$23.054.

Comentário do Desempenho

27/04/2026: O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da Conversora Garabi 1 no âmbito do projeto de retrofit. Com esta energização, a Saíra passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.019 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 12% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

10/04/2026 à 15/04/2026: O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da SE Açailândia. Com esta energização, Tangará passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.039 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 21,3% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 10 e 13 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2026

1. Resultado Líquido do Período

A Taesa alcançou um resultado líquido consolidado de R\$353.646 no 1T26, apresentado uma redução de 3,2% em relação ao resultado do 1T25.

1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

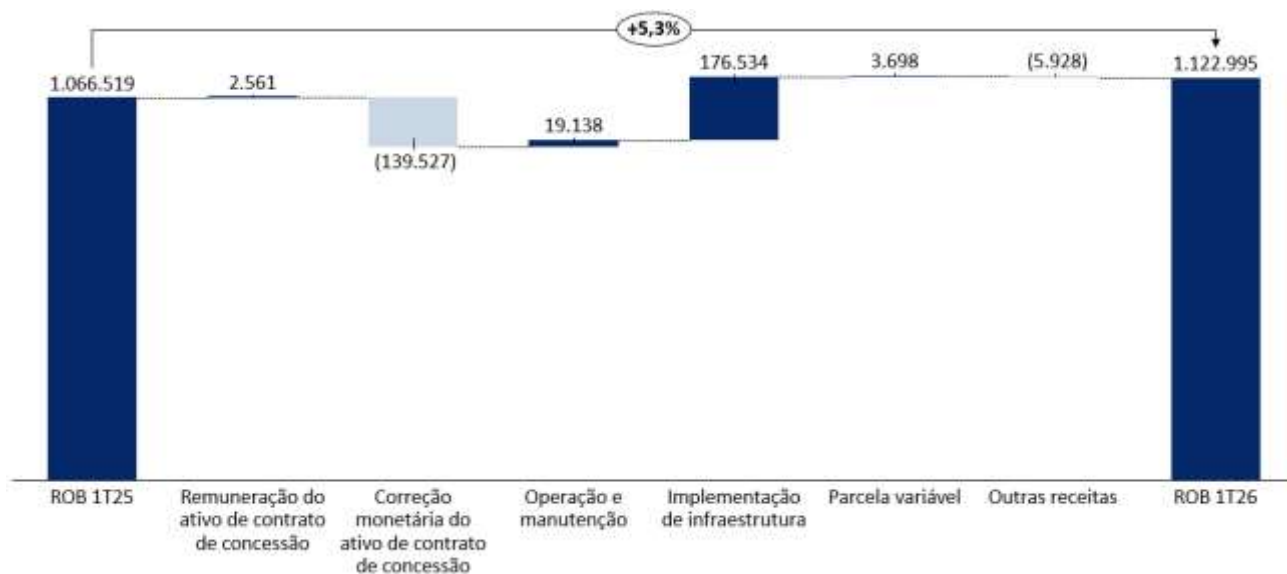
	1T26	1T25	Var.	Var. %
ROL	1.037.354	982.893	54.461	5,5%

1.1.1 Receita Operacional Bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, receita de operação e manutenção (O&M), receita de implementação de infraestrutura, parcela variável e outras receitas.

	1T26	1T25	Var.	Var. %
Remuneração do ativo de contrato de concessão	294.400	291.839	2.561	0,9%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	92.003	231.530	(139.527)	-60,3%
Operação e manutenção	287.392	268.254	19.138	7,1%
Implementação de infraestrutura	444.533	267.999	176.534	65,9%
Parcela variável	(3.051)	(6.749)	3.698	-54,8%
Outras receitas	7.718	13.646	(5.928)	-43,4%
	1.122.995	1.066.519	56.476	5,3%

Comentário do Desempenho



Remuneração do ativo de contrato de Contrato: O aumento de 0,9% no 1T26 é resultado principalmente, da conclusão do Projeto Pitiguari e da correção monetária dos ativos de contrato indexados ao IPCA. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela amortização natural dos ativos de contrato e pela correção monetária negativa dos ativos indexados ao IGP-M.

Correção monetária do ativo de contrato de concessão: A redução de 60,3% no 1T26 se deve às reduções dos índices macroeconômicos IGP-M (-0,33% no 1T26 x 2,29% no 1T25) e IPCA (1,37% no 1T26 x 2% no 1T25).

Operação e manutenção: O aumento de 7,1% no 1T26 decorre do reajuste tarifário do ciclo 2025-2026, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481/2025, que atualizou as RAPs pelos índices acumulados de IGP-M (7,03%), e de IPCA (5,32%), além do início da operacionalização do Projeto Pitiguari.

Implementação de infraestrutura: O aumento de 65,9% no 1T26 refere-se, principalmente, aos maiores investimentos (CAPEX) nas empresas pré-operacionais de Ananaí e Juruá, nos reforços da concessão ATE e São Pedro. A variação foi parcialmente compensada pela redução de investimentos nos projetos Tangará, Saíra parte revitalizadora, e no reforço da concessão Novatrans e projeto Pitiguari.

Parcela variável (PV): Apresentou uma melhora na comparação entre os períodos em função, principalmente, por menor volume de eventos no período e da maior concentração dos impactos em ocorrências pontuais, com destaque para a recomposição da LT Itabirito 2 / Vespasiano 2, da concessão Mariana, além de manutenções corretivas e preventivas específicas em outras concessões.

Outras receitas: A redução de 43,4% no 1T26 refere-se principalmente, à contabilização das RAPs parciais dos reforços da Novatrans e do projeto Pitiguari no 1T25, parte compensada pela RAP parcial do projeto Tangará no 1T26.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

	1T26	1T25	Var.	Var.%
PIS e COFINS – Corrente	(40.011)	(38.339)	(1.672)	4,4%
PIS e COFINS – Diferido	(19.434)	(18.812)	(622)	3,3%
ISS e ICMS	(103)	(218)	115	-52,8%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(26.093)	(26.257)	164	-0,6%
	(85.641)	(83.626)	(2.015)	2,4%

Comentário do Desempenho

As deduções sobre a ROB são compostas de impostos, tributos e encargos setoriais. As Deduções sobre a ROB tiveram um aumento de 2,4% na comparação com o 1T26 em relação ao 1T25, impulsionado principalmente pelo (i) acréscimo de PIS e COFINS Corrente, refletindo o crescimento da receita tributável.

1.2 Custos e despesas operacionais

	1T26	1T25	Var.	Var.%
Pessoal	(67.310)	(62.178)	(5.132)	8,3%
Material	(318.145)	(290.875)	(27.270)	9,4%
- Implementação de infraestrutura	(312.194)	(268.610)	(43.584)	16,2%
- O&M	(4.675)	(21.154)	16.479	-77,9%
- Diversos	(1.276)	(1.111)	(165)	14,9%
Serviços de terceiros	(17.722)	(17.931)	209	-1,2%
Outros	(4.925)	(6.761)	1.836	-27,2%
Subtotal	(408.102)	(377.745)	(30.357)	8,0%
Depreciação e amortização	(23.003)	(7.888)	(15.115)	191,6%
Custos e despesas	(431.105)	(385.633)	(45.472)	11,8%

Pessoal: O aumento de 8,3% no 1T26 refere-se, principalmente pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2025 em +5,32% (IPCA), (ii) efeito do provisionamento da PLR de 2025.

Material: O aumento de 9,4% no 1T26 está relacionada, (i) Implementação de Infraestrutura: principalmente aos maiores investimentos (CAPEX) nos projetos pré-operacionais das concessões Ananái e Juruá, e nos reforços das concessões ATE, ATE III e Novatrans no 1T26. O referido efeito foi compensado, parcialmente, pela redução de investimentos nas concessões Saíra, Tangará e Pitiguari. E (ii) Custo de O&M: por menores investimentos na concessão Novatrans. O referido efeito foi compensado, parcialmente, por um maior investimento na concessão Janaúba.

Depreciação e amortização: O aumento de 191,6% no 1T26, decorre, principalmente, pela unitização de ativos na Taesa.

1.3 Resultado de equivalência patrimonial

	1T26	1T25	Var.	Var.%
ETAU	5.515	7.997	(2.482)	-31,0%
AIMORÉS	10.323	15.386	(5.063)	-32,9%
PARAGUAÇU	14.052	23.469	(9.417)	-40,1%
IVAÍ	25.753	25.939	(186)	-0,7%
GRUPO TBE	54.583	97.326	(42.743)	-43,9%
Total	110.226	170.117	(59.891)	-35,2%

Resultado de equivalência patrimonial:

A redução de 35,2% decorre, principalmente, da menor correção monetária em função da desaceleração do IPCA e do IGP-M no período, com maior impacto nas empresas Ivaí e TBE, do aumento das despesas financeiras relacionadas às novas emissões de dívidas das empresas Aimorés, Paraguaçu e TBE ao longo de 2025 e da redução do benefício fiscal concedido pela SUDAM às concessões ENTE e ETEP da TBE, atualmente em processo de renovação. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento da Receita de Implantação de Infraestrutura, decorrente dos investimentos nos reforços das concessões EATE e ENTE da TBE, pela redução das despesas financeiras de Ivaí e pelo reconhecimento de IR diferido nas empresas Ivaí e TBE.



Comentário do Desempenho

1.4 Resultado Financeiro

	1T26	1T25	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	31.419	20.168	11.251	55,8%
Outras receitas financeiras	2.821	1.602	1.219	76,1%
Receitas financeiras	34.240	21.770	12.470	57,3%
Juros incorridos	(233.830)	(219.868)	(13.962)	6,4%
Varição monetária	(113.372)	(136.538)	23.166	-17,0%
Varição cambial	3.342	(5.316)	8.658	-162,9%
Subtotal despesas financeiras	(343.860)	(361.722)	17.862	-4,9%
Outras despesas financeiras - líquidas de Receita	1.307	(4.305)	5.612	-130,4%
Despesa financeira - arrendamento	(11)	(34)	23	-67,6%
Despesa financeira	(342.564)	(366.061)	23.497	-6,4%
Resultado financeiro	(308.324)	(344.291)	35.967	-10,4%

Receitas financeiras: O aumento de 57,3% no 1T26, decorre, principalmente, do maior volume de caixa médio entre os períodos e um impacto positivo da elevação do CDI (3,36% no 1T26 x 2,94 % no 1T25).

Juros incorridos: O aumento de 6,3% no 1T26, impulsionado pela elevação do CDI acumulado de 2,94% em 2025 para 3,36% em 2026 e pelo aumento do volume médio da dívida, com destaque para a maior participação de dívidas indexadas ao CDI no período.

Variações monetárias: A redução de 17% no 1T26, refere-se, principalmente a desaceleração do IPCA, que recuou de 2,04% no 1T25 para 1,74% no 1T26, combinada à redução do volume médio das dívidas atreladas ao IPCA, além da queda do IGP-M de 0,33% para 0,19% no mesmo período.

Variações cambiais: A redução de 162,9% no 1T26 se beneficiou de um ambiente mais benigno em termos de volatilidade cambial, além da redução significativa da posição da companhia em SEK (Coroa Sueca).

Outras despesas financeiras, líquidas: A variação de -130,4% no 1T26, decorre, principalmente, da variação monetária de ativos e passivos regulatórios e dos juros Selic associados à DCOMP.

1.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	1T26	1T25	Var.	Var. %
IRPJ e CSLL correntes	(14.480)	(7.165)	(7.315)	102,1%
IRPJ e CSLL diferidos	(40.024)	(50.760)	10.736	-21,2%
	(54.504)	(57.925)	3.421	-5,9%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	1T26	1T25
Resultado antes dos impostos	408.150	423.086
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(138.771)	(143.849)
Equivalência patrimonial	37.477	57.840
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	17.871	2.567
Ajuste de diferido por mudança de regime tributário - SPT	(4.235)	-
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	33.036	(3.792)
Ajustes Extemporâneo - Baixa de diferido referente a custo de debêntures	-	23.022
Ajustes Extemporâneo - Baixa de diferido referente a crédito fiscal incorporado - ágio	-	6.720
Outros	118	(433)
Despesa de IRPJ e CSLL	(54.504)	(57.925)
Alíquota efetiva	13%	14%

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro: A redução de 5,9% no 1T26 refere-se, principalmente, (i) pelo ganho de eficiência tributária das empresas enquadradas no regime de lucro presumido, motivado pelo prejuízo contábil de Ananai no 1T25, e (ii) por um maior aproveitamento do benefício fiscal, no 1T26. Estes efeitos foram compensados, em parte, pela baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio e (ii) mudança do regime tributário da São Pedro, do lucro presumido para o



Comentário do Desempenho

lucro real, com efeitos a partir de 2026. Esse impacto compreende a recomposição de impostos diferidos sobre ativos regulatórios, efeito este não recorrente após a alteração de regime.

1.6 Relacionamento com o Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O montante referente aos serviços de auditoria independente para o período de 2026 foi de R\$2.070.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - B3

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

31 de março de 2026

Notas Explicativas


Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos					
<i>Ativos circulantes</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.091.121	741.596	1.081.164	681.498
Aplicações financeiras	5	512.539	544.150	375.570	381.785
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	273.463	262.410	216.971	208.164
Ativo de contrato de concessão	7	1.715.892	1.701.687	1.157.415	1.155.967
Impostos e contribuições sociais correntes	8	150.778	148.487	119.908	130.092
Dividendos a receber	12	14.203	73.118	76.905	135.820
Instrumentos financeiros derivativos	18	3.545	262	2.167	-
Outras contas a receber		102.591	107.672	68.719	80.789
Total dos ativos circulantes		3.864.132	3.579.382	3.098.819	2.774.115
<i>Ativos não circulantes</i>					
Títulos e valores mobiliários	5	41.064	39.785	37.008	35.838
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	22.428	22.428	19.670	19.670
Ativo de contrato de concessão	7	15.572.045	15.184.815	7.262.736	7.244.936
Instrumentos financeiros derivativos	18	2.322	3.691	-	2.617
Outras contas a receber		15.978	19.471	3.123	5.929
Depósitos judiciais	15	142.526	142.666	52.405	52.025
Investimentos	11	3.226.210	3.115.984	9.668.282	9.294.555
Direito de uso		26	113	26	113
Imobilizado		214.995	223.051	214.302	222.315
Intangível		167.000	175.120	166.918	175.034
Total dos ativos não circulantes		19.404.594	18.927.124	17.424.470	17.053.032
Total dos ativos		23.268.726	22.506.506	20.523.289	19.827.147

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas
Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivos					
<i>Passivos circulantes</i>					
Fornecedores		253.843	287.459	134.996	160.998
Empréstimos e financiamentos	14.1	4.993	4.819	-	-
Debêntures	14.2	1.078.550	1.335.523	1.032.792	1.287.195
Passivo de arrendamento		380	431	380	431
Impostos e contribuições sociais correntes	8	105.449	85.783	42.655	35.281
Taxas regulamentares		56.809	54.029	47.882	45.486
Dividendos e JCP a pagar	12	53.103	355.317	53.103	355.317
Outras contas a pagar		133.198	161.773	127.796	154.183
Total dos passivos circulantes		1.686.325	2.285.134	1.439.604	2.038.891
<i>Passivos não circulantes</i>					
Empréstimos e financiamentos	14.1	37.738	38.526	-	-
Debêntures	14.2	10.561.165	9.594.960	9.492.089	8.542.958
Instrumentos financeiros derivativos	18	172.338	179.282	172.338	179.282
Passivo de arrendamento		135	183	135	183
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.513.488	1.475.225	776.347	770.614
Tributos indiretos diferidos	10	949.895	929.580	442.394	437.986
Provisões para riscos judiciais	15	190.847	187.916	67.117	64.690
Outras contas a pagar		197.584	206.718	174.054	183.561
Total dos passivos não circulantes		13.623.190	12.612.390	11.124.474	10.179.274
Total dos passivos		15.309.515	14.897.524	12.564.078	12.218.165
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Dividendos adicionais propostos		260.226	260.226	260.226	260.226
Reserva de lucros		3.784.357	3.784.357	3.784.357	3.784.357
Outros resultados abrangentes		(79.789)	(76.372)	(79.789)	(76.372)
Resultado líquido do período		353.646	-	353.646	-
Total do patrimônio líquido	16	7.959.211	7.608.982	7.959.211	7.608.982
Total dos passivos e do patrimônio líquido		23.268.726	22.506.506	20.523.289	19.827.147

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do resultado
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		742.954	691.054	348.420	474.218
Remuneração do ativo contrato de concessão		294.400	291.839	194.109	198.422
Receita operacional líquida	20	1.037.354	982.893	542.529	672.640
<i>Custos operacionais</i>					
Pessoal		(26.552)	(22.973)	(21.474)	(18.462)
Material		(318.145)	(290.875)	(87.414)	(99.143)
Serviços de terceiros		(6.565)	(6.853)	(5.155)	(5.139)
Depreciação e amortização		(10.667)	(757)	(10.662)	(745)
Outros custos operacionais		(726)	(2.772)	(49)	(1.965)
	21	(362.655)	(324.230)	(124.754)	(125.454)
Lucro Bruto		674.699	658.663	417.775	547.186
<i>Despesas gerais e administrativas</i>					
Pessoal e administradores		(40.758)	(39.205)	(32.848)	(32.429)
Serviços de terceiros		(11.157)	(11.078)	(10.026)	(9.802)
Depreciação e amortização		(12.336)	(7.131)	(12.305)	(7.124)
Outras despesas operacionais		(4.200)	(3.989)	(3.530)	(2.493)
	21	(68.451)	(61.403)	(58.709)	(51.848)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		606.248	597.260	359.066	495.338
Resultado de equivalência patrimonial	11	110.226	170.117	291.491	211.063
Receitas financeiras		34.240	21.770	27.135	15.778
Despesas financeiras		(342.564)	(366.061)	(309.509)	(322.893)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	22	(308.324)	(344.291)	(282.374)	(307.115)
Resultado antes dos impostos e contribuições		408.150	423.086	368.183	399.286
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.480)	(7.165)	(7.043)	(5.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(40.024)	(50.760)	(7.494)	(29.033)
Imposto de renda e contribuição social	23	(54.504)	(57.925)	(14.537)	(34.125)
Resultado líquido do período		353.646	365.161	353.646	365.161
Resultado por ação					
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	19	0,34218	0,35333	0,34218	0,35333
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	19	0,34218	0,35333	0,34218	0,35333

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado líquido do período	353.646	365.161	353.646	365.161
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	18 (3.417)	(6.723)	(3.417)	(6.723)
Resultado abrangente do período	350.229	358.438	350.229	358.438

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Custos com emissões de ações		Legal	Incentivo fiscal	Reserva de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.558.928	-	-	(29.832)	6.939.504
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.723)	(6.723)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	365.161	-	365.161
Saldos em 31 de março de 2025		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.558.928	-	365.161	(36.555)	7.297.942
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	347.927	3.003.373	260.226	-	(76.372)	7.608.982
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.417)	(3.417)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	353.646	-	353.646
Saldos em 31 de março de 2026	16	3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	347.927	3.003.373	260.226	353.646	(79.789)	7.959.211

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do fluxo de caixa
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do período		353.646	365.161	353.646	365.161
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(110.226)	(170.117)	(291.491)	(211.063)
Depreciação e amortização		23.003	7.888	22.967	7.869
Provisões para riscos judiciais	15	725	1.146	769	450
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	14.1 e 22	911	(25.471)	-	(26.614)
Juros e variação monetária sobre debêntures	14.2 e 22	358.413	340.425	327.186	303.658
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	(15.464)	46.768	(13.100)	43.835
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	14.480	7.165	7.043	5.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	40.024	50.760	7.494	29.033
Tributos indiretos diferidos	20	19.434	18.812	4.407	9.237
Custo de implementação de infraestrutura	20 e 21	312.194	268.610	82.456	77.880
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(294.400)	(291.839)	(194.109)	(198.422)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(92.003)	(231.530)	(26.821)	(143.045)
Receita de implementação de infraestrutura	7 e 20	(444.533)	(267.999)	(102.973)	(133.897)
Receita de aplicação financeira		(12.976)	(4.576)	(8.739)	489
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(2.308)	(622)	(1.447)	(1.403)
Despesa de atualização monetária de provisões para riscos judiciais	15	3.560	4.551	2.037	2.071
(Reversão) para parcela variável		(584)	(6.484)	(748)	(5.995)
(Reversão) para custos adicionais de projetos		(2.060)	-	(2.060)	-
Outros		11	37	11	37
		151.847	112.685	166.528	124.373
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão		420.157	356.113	297.723	252.048
Impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		16.633	21.148	19.093	20.812
Outros créditos		11.022	(18.601)	15.943	(25.701)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(345.989)	(307.298)	(108.458)	(90.412)
Taxas regulamentares		2.781	1.854	2.394	1.173
Outras contas a pagar		(37.069)	(30.457)	(35.337)	(40.077)
Dividendos recebidos das controladas		-	-	136.764	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e ligadas		58.915	-	58.915	-
		126.450	22.759	387.037	117.843
		278.297	135.444	553.565	242.216
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.738)	(4.314)	(8.578)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		264.559	131.130	544.987	242.216
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		43.308	(587.827)	13.784	(440.127)
Adições no imobilizado e intangível administrativo ou não vinculado		(6.740)	(4.035)	(6.752)	(3.784)
Aumento de capital nas controladas	11	-	-	(219.000)	(242.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		36.568	(591.862)	(211.968)	(685.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	14.1	(908)	(908)	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	14.1	(617)	(12.665)	-	(11.884)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	14.2	799.590	621.198	799.590	621.198
Pagamento de debêntures - principal	14.2	(248.306)	(301.397)	(236.943)	(291.666)
Pagamento de debêntures - juros	14.2	(200.465)	(167.161)	(195.105)	(161.619)
Pagamento de passivo de arrendamento		(110)	(307)	(109)	(307)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(302.214)	(210.349)	(302.214)	(210.349)
Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	18	1.428	(8.914)	1.428	(8.975)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento		48.398	(80.503)	66.647	(63.602)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		349.525	(541.235)	399.666	(507.297)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	741.596	750.976	681.498	607.653
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.091.121	209.741	1.081.164	100.356
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		349.525	(541.235)	399.666	(507.297)

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora		
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	
Receitas					
Receita de contrato com cliente	20	1.122.995	1.066.519	600.239	736.021
		<u>1.122.995</u>	<u>1.066.519</u>	<u>600.239</u>	<u>736.021</u>
Insumos adquiridos de terceiros (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(335.867)	(308.806)	(102.595)	(114.084)
Despesas gerais, administrativas e outros		(2.233)	(4.390)	(1.270)	(2.646)
		<u>(338.100)</u>	<u>(313.196)</u>	<u>(103.865)</u>	<u>(116.730)</u>
Valor adicionado bruto		784.895	753.323	496.374	619.291
Depreciação e amortização	21	(23.003)	(7.888)	(22.967)	(7.869)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		761.892	745.435	473.407	611.422
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	110.226	170.117	291.491	211.063
Receitas financeiras	22	34.240	21.770	27.135	15.778
		<u>144.466</u>	<u>191.887</u>	<u>318.626</u>	<u>226.841</u>
Valor adicionado total a distribuir		906.358	937.322	792.033	838.263
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	21	32.944	31.499	22.769	22.957
Benefícios	21	21.377	18.258	19.493	16.525
FGTS		3.463	2.868	3.242	2.652
		<u>57.784</u>	<u>52.625</u>	<u>45.504</u>	<u>42.134</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		149.952	151.124	81.297	106.300
Estaduais		884	1.117	717	649
Municipais		1.528	1.234	1.360	1.126
		<u>152.364</u>	<u>153.475</u>	<u>83.374</u>	<u>108.075</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	22	359.324	314.954	327.186	277.044
Instrumentos financeiros derivativos	22	(15.464)	46.768	(13.100)	43.835
Arrendamentos	22	11	34	11	34
Outros	22	(1.307)	4.305	(4.588)	1.980
		<u>342.564</u>	<u>366.061</u>	<u>309.509</u>	<u>322.893</u>
Remuneração de capitais próprios					
Resultado líquido do período	19	353.646	365.161	353.646	365.161
		<u>353.646</u>	<u>365.161</u>	<u>353.646</u>	<u>365.161</u>
Valor adicionado total distribuído		906.358	937.322	792.033	838.263

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

A Taesa detém participação em quarenta e quatro concessões de transmissão:

Concessões na Taesa (Controladora): TSN, NVT, ETEO, GTE, PAT, MUN, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, SAN, SIT e MIR.

Controladas: SGT, MAR, JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG e JUTR.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, JAN, ETAU, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG, Aimorés, Paraguaçu e JUTR), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE, ESTE e EDTE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta									
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**) Contrato de concessão	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a) (não auditado)	SE (b)	
					Prazo (anos)	Próxima			
Taesa Holding									
TSN	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2029	1.140	8	
Novatrans "NVT"	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2029	1.278	6	
Munirah "MUN"	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2029	106	2	
Gtesa "GTE"	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2029	52	3	
Patesa "PAT"	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2029	164	5	
ETEO	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2029	505	3	
STE	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2029	390	5	
ATE	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2029	370	3	
ATE II	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2029	942	4	
NTE	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2029	383	4	
ATE III	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2029	454	4	
Sant'Ana "SAN"	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2029	558	6	
Saíra "SIT"	21/02/2022 (**) 005/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4	
Miracema "MIR"	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2026	90	3	
Controladas									
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1	
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2029	82	2	
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3	
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4	
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2029	413	2	
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT") (d)	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2029	514	6	
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2	
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	01/07/2027	363	4	
Pitiguarí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG")	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2028	93	3	
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG")	12/05/2021 (**) 003/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4	
Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JUTR")	12/05/2021 (**) 20/2024	09/12/2024 09/12/2054	100%	SP	5	01/07/2030	n/a	1	
Controladas em conjunto									
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2029	188	4	
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (e)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 06/04/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2	
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (f)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 28/06/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2	
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (g)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	593	5	
Coligadas									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	931	5	
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2029	329	2	
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2029	253	2	
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	459	3	
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2029	155	3	
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	230	4	
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	40	2	
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2029	949	8	
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	01/07/2030	n/a	1	

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**) Contrato de concessão	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a) (não auditado)	SE (b)
					Prazo (anos)	Próxima		
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE")	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	240	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	164	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	139	2
Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste") (h)	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	162	3
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	61	2
Total geral							15.333	113

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para as concessões já em operação.
- (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.
- (c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).
- (d) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Barreiras 2 - Rio Grande 2 C1 para conexão da SE Barreiras, aumentando o número de km de Linha de Transmissão. Data de entrada em operação em 20 de novembro de 2025.
- (e) Foram acrescentados 55 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
- (f) Foram acrescentados 138 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
- (g) Os dados de km de Linha de Transmissão foram ajustados para refletir os valores de projeto da construção após finalização das obras de implantação da concessão, ocasionando uma diferença de 7 km a menos do valor anteriormente informado.
- (h) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Juiz de Fora - Itutinga para conexão da SE Santos Dumont 2, aumentando o número de Subestações das concessões e da quantidade de km de Linha de Transmissão. Data de conclusão prevista para 30 de setembro de 2027.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 06 de maio de 2026.

2.2. Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa (NE) 18.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as respectivas demonstrações financeiras anuais.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia declara que as práticas contábeis materiais, constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e 2027:

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	O IASB emitiu pequenas alterações, clarificações e correções em cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais. No IFRS 1, foram revisados os critérios relacionados à contabilidade de hedge, de forma a harmonizá-los com o IFRS 9. No IFRS 7, eliminaram-se referências obsoletas e aprimorou-se a consistência textual com os termos utilizados no IFRS 13, além de ajustes nas orientações para implementação. No IFRS 9, ajuste de referência cruzada e ajustes de termos e resolução de inconsistência com o IFRS 15, nos tópicos de desreconhecimento de passivos de arrendamento e Preço da transação. Por fim, no IFRS 10, a redação relativa à identificação de “agente de fato” foi revisada para eliminar potenciais interpretações conflitantes e destacar que essa avaliação requer julgamento profissional.	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (‘ESG’).	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 7 (CPC 40) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	Até o momento a Companhia não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações intermediárias consolidadas e individuais da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	3.693	2.256	2.664	629
Aplicações financeiras	1.087.428	739.340	1.078.500	680.869
	1.091.121	741.596	1.081.164	681.498

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
CDB e Operações Compromissadas	101,17% do CDI	100,58% do CDI	101,19% do CDI	100,43% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI ¹	4.056	3.947	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança ²	186.747	226.697	139.145	173.614
Fundo Investimento BB Barra ³	290.155	293.328	236.425	208.171
Aplicação CDB de Longo Prazo ⁴	37.008	35.838	37.008	35.838
Aplicações CDB de Curto Prazo ⁵	35.637	24.125	-	-
	553.603	583.935	412.578	417.623
Ativo circulante	512.539	544.150	375.570	381.785
Ativo não circulante	41.064	39.785	37.008	35.838

¹ Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição ao risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

² Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária.

³ Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária. Nossas aplicações (fundos e CDB/operações compromissadas) seguem diretrizes pré-estabelecidas pela companhia, alinhadas à política de aplicações financeiras, permitindo alocação apenas em títulos com rating 'AAA' e 'AA', além de respeitar o limite máximo de 30% do caixa da companhia alocado por instituição financeira.

⁴CDB destinado a conta reserva, 6ª e 8ª emissões debêntures (liquidação no final da dívida).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

⁵CDB destinado a conta reserva, utilizado para pagamento a serviço da dívida 1ª e 2ª emissões de debêntures da controlada Janaúba (acumula 6 meses e paga juros e principal).

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI	95,01% do CDI	93,23% do CDI	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança	101,42% do CDI	100,86% do CDI	101,42% do CDI	100,86% do CDI
Fundo Investimento BB Barra	103,58% do CDI	102,77% do CDI	103,58% do CDI	102,77% do CDI
Aplicação CDB de Longo Prazo	97,83% do CDI	99,02% do CDI	97,83% do CDI	97,83% do CDI
Aplicações CDB - Curto Prazo	100% do CDI	100% do CDI	-	-

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Concessionárias e permissionárias	357.135	346.666	288.013	279.954
Perdas de crédito esperadas (PCE) ¹	(53.166)	(53.166)	(44.011)	(44.011)
Concessionárias e permissionárias, líquido de PCE	303.969	293.500	244.002	235.943
Parcela variável ²	(8.078)	(8.662)	(7.361)	(8.109)
	295.891	284.838	236.641	227.834
Circulante	273.463	262.410	216.971	208.164
Não circulante³	22.428	22.428	19.670	19.670

¹O saldo se refere à identificação de risco na base de clientes e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. ²Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. ³O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Movimentação da PV	31/12/2025	Adição	Reversão	Descontos	31/03/2026
Consolidado	(8.662)	(7.027)	3.976	3.635	(8.078)
Controladora	(8.109)	(2.011)	1.226	1.533	(7.361)

Movimentação da PV	31/12/2024	Adição	Reversão	Descontos	31/12/2025
Consolidado	(20.208)	(17.613)	4.052	25.107	(8.662)
Controladora	(19.464)	(15.777)	4.033	23.099	(8.109)

Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					31/03/2026	31/12/2025
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Consolidado	253.341	2.219	689	4.741	42.979	303.969	293.500
Controladora	201.741	1.774	557	3.855	36.075	244.002	235.943

Principais características dos contratos de concessão e estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP) – Encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Não houve alteração para esta demonstração intermediária.

A tabela abaixo detalha os valores das RAPs ativas, exceto para os projetos principais em construção.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Ciclo 2025-2026			Ciclo 2024-2025			Ciclo 2023-2024		
	Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.348 de 16/07/2024			Resolução 3.216 de 04/07/2023		
	Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025			Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024		
	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total
TSN	510.318	(27.293)	483.025	478.336	(27.060)	451.276	484.062	(485)	483.577
GTE	9.138	(334)	8.804	8.538	(366)	8.172	8.519	(185)	8.334
MUN	35.121	993	36.114	31.502	(1.329)	30.173	31.609	(486)	31.123
PAT	28.520	(689)	27.831	26.099	(2.005)	24.094	26.371	1.467	27.838
ETEO	162.887	(4.965)	157.922	152.272	(5.906)	146.366	152.742	(3.218)	149.524
NVT	549.715	(43.828)	505.887	471.472	(59.659)	411.813	511.481	(11.548)	499.933
STE	79.252	(2.983)	76.269	74.111	(3.884)	70.227	73.623	(1.307)	72.316
NTE	142.307	(5.347)	136.960	132.964	(5.961)	127.003	133.625	(2.288)	131.337
ATE	137.811	(4.770)	133.041	128.801	(5.629)	123.172	129.218	(3.910)	125.308
ATE II	215.867	(7.800)	208.067	201.746	(9.124)	192.622	202.320	(5.546)	196.774
ATE III ²	103.787	(3.502)	100.285	98.504	(4.993)	93.511	95.267	(4.375)	90.892
SAN ²	93.047	(2.936)	90.111	88.347	1.148	89.495	80.850	(2.677)	78.173
SIT ^{2 3}	191.732	(8.493)	183.239	182.047	(8.275)	173.772	164.217	20.898	185.115
SGT ²	7.895	(2)	7.893	7.496	11	7.507	7.195	(2)	7.193
BRAS ²	42.250	(2.692)	39.558	40.128	(272)	39.856	37.003	(778)	36.225
MAR ²	23.935	(250)	23.685	22.725	(313)	22.412	21.399	(721)	20.678
MIR ²	104.249	(3.043)	101.206	98.983	(4.385)	94.598	95.369	(1.927)	93.442
SPT ²	83.995	1.923	85.918	78.504	(739)	77.765	69.826	(2.357)	67.469
SJT ²	70.532	(2.453)	68.079	66.969	(2.845)	64.124	64.907	(1.454)	63.453
LNT ²	17.707	(865)	16.842	16.813	(1.415)	15.398	16.741	(648)	16.093
JAN ²	293.046	(10.410)	282.636	278.245	(11.023)	267.222	267.733	(8.983)	258.750
ANT ^{2 4}	171.140	-	171.140	162.496	-	162.496	156.357	-	156.357
TNG ^{2 4}	108.257	-	108.257	102.789	-	102.789	98.447	-	98.447
PTG ²	23.413	(106)	23.307	22.201	-	22.201	21.362	-	21.362
JUTR ⁴	19.582	-	19.582	18.408	-	18.408	-	-	-
Total	3.225.503	(129.845)	3.095.658	2.990.496	(154.024)	2.836.472	2.950.243	(30.530)	2.919.713

¹Parcela de Ajuste. ²Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. ³Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento. RAP ativa de R\$137.472 no ciclo 2025-2026. ⁴Projeto principal em construção.

A Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu as RAPs das transmissoras para o ciclo 2025-2026 e as Parcela de Ajuste de Vida Útil (PA VU) e Parcela de Ajuste de Retroatividade (PA RETRO).

A PA VU é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA RETRO.

Após resultado da revisão tarifária, essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente até a próxima revisão tarifária da Concessionária.

A PA RETRO é utilizada para corrigir eventuais diferenças entre as receitas provisória e blindada desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços.

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO			Total Anual
	2 ciclos	3 ciclos	4 ciclos		1 ciclo	3 ciclos	4 ciclos	
TSN	-	-	-	-	-	-	(6.884)	(6.884)
ETEO	-	84	29	113	-	-	67	67
NVT	292	-	-	292	-	-	(34.532)	(34.532)
STE	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
NTE	-	-	-	-	-	-	(182)	(182)
ATE	-	-	-	-	-	-	110	110
ATE II	-	-	-	-	-	-	100	100
ATE III ¹	-	190	105	295	-	-	(261)	(261)
BRAS ¹	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
MAR ¹	-	-	-	-	-	-	674	674
MIR ¹	-	-	-	-	317	-	-	317
SPT ¹	-	-	-	-	-	-	4.290	4.290
Total	292	274	134	700	317	(333)	(36.663)	(36.679)

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2025	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/03/2026
TSN	808.962	138	-	18.347	(1.520)	(33.361)	792.566
MUN	63.979	(237)	-	1.556	(157)	(2.318)	62.823
GTE	25.669	4	-	666	(72)	(1.330)	24.937
PAT	110.884	4	-	2.080	(286)	(4.418)	108.264
ETEO	320.682	18	-	7.850	(882)	(21.172)	306.496
NVT	1.507.574	1.070	-	48.352	(3.575)	(84.271)	1.469.150
NTE	352.856	17	-	12.239	(971)	(19.651)	344.490
STE	292.642	1	-	7.250	(830)	(13.515)	285.548
ATE	643.181	79.170	-	12.694	(1.577)	(22.245)	711.223
ATE II	777.540	120	-	15.599	(2.137)	(26.529)	764.593
ATE III	496.746	11.201	-	7.192	4.747	(12.156)	507.730
SAN	838.532	-	-	18.947	10.967	(21.168)	847.278
SIT	1.413.728	11.192	1.125	24.620	13.320	(24.100)	1.439.885
MIR	747.928	275	-	16.717	9.794	(19.546)	755.168
Total Controladora	8.400.903	102.973	1.125	194.109	26.821	(305.780)	8.420.151
Circulante	1.155.967						1.157.415
Não circulante	7.244.936						7.262.736
MAR	280.545	-	-	3.984	3.553	(5.461)	282.621
SGT	75.653	-	-	981	978	(1.651)	75.961
JAN	2.486.087	-	-	58.085	32.521	(66.293)	2.510.400
BRAS	251.691	-	-	6.769	3.111	(8.784)	252.787
SJT	691.261	-	-	10.486	8.688	(15.060)	695.375
SPT	873.366	12.389	-	13.138	10.277	(18.830)	890.340
LNT	150.692	-	-	3.327	1.986	(3.856)	152.149
ANT	2.069.842	239.992	-	-	-	-	2.309.834
PTG	304.987	-	-	3.521	4.068	(4.911)	307.665
TNG	1.299.372	78.999	-	-	-	-	1.378.371
JUTR	2.103	10.180	-	-	-	-	12.283
Total Consolidado	16.886.502	444.533	1.125	294.400	92.003	(430.626)	17.287.937
Circulante	1.701.687						1.715.892
Não circulante	15.184.815						15.572.045

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2024	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2025
TSN	805.803	48.434	-	71.167	2.594	(119.036)	808.962
MUN	62.541	3.732	-	6.125	(109)	(8.310)	63.979
GTE	27.917	16	-	2.842	40	(5.146)	25.669
PAT	118.984	(49)	-	8.786	248	(17.085)	110.884
ETEO	366.860	552	-	34.683	534	(81.947)	320.682
NVT	1.572.803	37.146	-	203.089	17.225	(322.689)	1.507.574
NTE	376.852	(138)	-	51.537	628	(76.023)	352.856
STE	313.927	5	-	30.588	406	(52.284)	292.642
ATE	608.624	67.192	-	53.079	363	(86.077)	643.181
ATE II	814.565	452	-	64.809	367	(102.653)	777.540
ATE III	450.491	48.856	-	29.044	15.734	(47.379)	496.746
SAN	806.662	-	-	74.499	34.420	(77.049)	838.532
SIT	1.091.874	291.764	(13.806)	96.393	41.469	(93.966)	1.413.728
MIR	725.580	1.517	-	66.131	30.911	(76.211)	747.928
Total Controladora	8.143.483	499.479	(13.806)	792.772	144.830	(1.165.855)	8.400.903
Circulante	1.053.265						1.155.967
Não circulante	7.090.218						7.244.936
MAR	274.711	-	-	15.827	11.297	(21.290)	280.545
SGT	75.021	-	-	3.929	3.139	(6.436)	75.653
JAN	2.412.531	-	-	229.542	102.487	(258.473)	2.486.087
BRAS	248.927	-	-	27.071	9.943	(34.250)	251.691
SJT	680.455	-	-	41.772	27.755	(58.721)	691.261
SPT	717.106	82.173	-	47.504	90.311	(63.728)	873.366
LNT	146.310	-	-	13.155	6.261	(15.034)	150.692
ANT	1.290.742	779.100	-	-	-	-	2.069.842
PTG	246.616	57.575	-	7.181	3.479	(9.864)	304.987
TNG	420.564	878.808	-	-	-	-	1.299.372
JUTR	100	2.003	-	-	-	-	2.103
Total Consolidado	14.656.566	2.299.138	(13.806)	1.178.753	399.502	(1.633.651)	16.886.502
Circulante	1.477.218						1.701.687
Não circulante	13.179.348						15.184.815

As principais adições estão relacionadas a aquisição, aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (i)
Aquisição e novas Construções						
<u>PTG</u> Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$23.413 (iv)	R\$243.153	Energização concluída em junho de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 10/2023 (ii)
<u>ANT</u> Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R\$171.140 (iv)	R\$1.750.054	Março de 2027	ADE da RFB nº 102/2022 (ii)
<u>TNG</u> Encruzo Novo – Santa Luzia III Açailândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açailândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra	Suprimento às regiões de Açailândia, Buriticupu, Vitorino Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e a região Noroeste do estado do Maranhão.	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R\$108.257 (iv)	R\$1.117.077	Energização parcial em março e abril de 2026 (vi e vii)	ADE da RFB nº 192/2023 (ii)
<u>SIT</u> Instalações de Garabi I e II – Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Teleproteção das Conversoras Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação internacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R\$191.732 (iv)	R\$1.175.720 (iii)	Energização parcial em abril de 2026 (vii)	ADE da RFB nº 537/2024 (ii)
<u>JUTR</u> SE 440/138 kV Estância Secc. da LT 440 kV Bauru - Salto na SE Estância	Implantação da subestação para atendimento à região de Jaú.	Contrato Concessão ANEEL 020/2024	R\$19.582 (iv)	R\$244.013	Junho de 2028	-
Reforços						
<u>NVT</u> SE Imperatriz e SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R\$30.039	R\$189.298	Energização concluída em fevereiro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 59/2023 (ii)
<u>TSN</u> Bom Jesus da Lapa II	Reforço do 3º ATR de Bom Jesus da Lapa II	Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.194/2022	R\$11.304 (iv)	R\$70.761	Energização concluída em setembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 143/2022 (ii)
<u>SPT</u> Secc. da LT 230 kV – Rio Grande II – Barreiras II na SE Barreiras	Instalação de seccionamento e módulos na subestação Barreiras	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.027/2024	R\$6.431 (iv)	R\$40.889	Energização concluída em novembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
<u>ATE III</u> SE Itacaiúnas	Instalação de Banco de Reatores	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.196/2024	R\$6.700 (iv)	R\$41.800	Energização concluída em março de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 1398/2024 (ii)
<u>ATE</u> SE Assis	Instalação de Banco de Autotransformador	Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.819/2023	R\$18.677	R\$119.363	Mai de 2026	ADE da RFB nº 376/2024 (ii)
<u>SPT</u> SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 677/2024	R\$5.257 (iv)	R\$34.641	Setembro de 2026	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
<u>SPT</u> SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 420/2026	R\$5.183	R\$37.588	Dezembro de 2028	-

(i) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (ii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil. (iii) Inclui a indenização paga à antiga concessionária e o investimento na revitalização. (iv) Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS. (v) Em março de 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação, conforme descrito nas NE 25 e 26. (vi) Vide NE 25. (vii) Vide NE 26.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras ¹	107.718	115.670	94.861	103.896
PIS e COFINS a compensar	2.084	3.690	2.239	3.845
Impostos e contribuições retidos	4.518	4.566	3.745	3.861
ICMS a compensar	33.027	22.392	16.654	16.654
Outros	3.431	2.169	2.409	1.836
Ativo circulante	150.778	148.487	119.908	130.092
IRPJ e CSLL correntes	4.957	2.448	-	-
PIS e COFINS	13.437	13.951	10.165	10.893
INSS e FGTS	19.815	11.682	16.962	8.004
ICMS	59.172	49.324	11.835	12.328
ISS	6.602	6.015	2.701	2.313
IRRF	342	1.081	262	954
Outros	1.124	1.282	730	789
Passivo circulante	105.449	85.783	42.655	35.281

¹O valor registrado no ativo referente a Impostos a Recuperar está sendo gradualmente utilizado para compensação de débitos fiscais e processamento de pedidos de restituição. A Companhia continua monitorando o progresso da recuperação, assegurando o direito à restituição no curto prazo, conforme estabelecido no art. 24 da Lei nº 11.457/2007.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo a Resolução CVM nº 78/2022 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/03/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	499.619	(1.275.966)	(776.347)	514.178	(1.284.792)	(770.614)
JAN	39.849	(499.762)	(459.913)	42.540	(488.963)	(446.423)
BRAS	-	(7.762)	(7.762)	-	(7.726)	(7.726)
SGT	-	(2.340)	(2.340)	-	(2.330)	(2.330)
MAR	-	(8.774)	(8.774)	-	(8.714)	(8.714)
SPT	2.139	(110.937)	(108.798)	-	(100.256)	(100.256)
SJT	-	(21.418)	(21.418)	-	(21.291)	(21.291)
LNT	-	(4.686)	(4.686)	-	(4.641)	(4.641)
ANT	-	(71.143)	(71.143)	-	(63.751)	(63.751)
PTG	-	(9.476)	(9.476)	-	(9.394)	(9.394)
TNG	-	(42.454)	(42.454)	-	(40.021)	(40.021)
JUTR	-	(377)	(377)	-	(64)	(64)
	541.607	(2.055.095)	(1.513.488)	556.718	(2.031.943)	(1.475.225)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Crédito fiscal incorporado - ágio ¹	184.932	190.452	184.932	190.452
Diferenças temporárias ²	175.089	173.785	160.602	161.379
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	181.586	192.481	154.085	162.347
Ativo não circulante	541.607	556.718	499.619	514.178
Diferenças temporárias ²	(2.055.095)	(2.031.943)	(1.275.966)	(1.284.792)
Passivo não circulante	(2.055.095)	(2.031.943)	(1.275.966)	(1.284.792)
Saldo líquido	(1.513.488)	(1.475.225)	(776.347)	(770.614)

¹Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. ²As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Base de cálculo 31/03/2026	IRPJ e CSLL	
		31/03/2026	31/12/2025
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	218.914	74.431	76.034
Provisão para participação nos lucros	11.539	3.923	12.529
Provisão para fornecedores	60.881	20.700	19.846
Provisão para parcela variável	8.844	3.007	2.881
Provisão para riscos judiciais	76.039	25.853	24.976
Perdas de crédito esperadas	49.582	16.858	16.795
Ajuste ao valor de mercado - dívida	39.889	13.562	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	49.279	16.755	20.724
Total do ativo		175.089	173.785
Ajuste ao valor de mercado - dívida	-	-	(3.104)
Hedge de fluxo de caixa	120.893	41.104	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(6.165.292)	(2.096.199)	(2.068.182)
Total do passivo		(2.055.095)	(2.031.943)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	206.343	70.157	72.910
Provisão para participação nos lucros	11.097	3.773	12.435
Provisão para fornecedores	46.066	15.662	15.152
Provisão para parcela variável	7.361	2.503	2.757
Provisão para riscos judiciais	68.311	23.226	22.438
Perdas de crédito esperadas	44.011	14.964	14.964
Ajuste ao valor de mercado - dívida	39.889	13.562	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	49.279	16.755	20.723
Total do ativo		160.602	161.379
Ajuste ao valor de mercado - dívida	-	-	(3.104)
Hedge de fluxo de caixa	120.893	41.104	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(3.873.736)	(1.317.070)	(1.321.031)
Total do passivo		(1.275.966)	(1.284.792)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado - âgio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
		Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2026	16.672	68.869	60.286	5.829	2.748	91.370	79.706
2027	23.972	73.409	69.450	27.492	14.876	124.873	108.298
2028	25.929	32.811	30.866	38.171	33.714	96.911	90.509
2029 - 2031	83.675	-	-	97.053	97.053	180.728	180.728
2032 - 2034	25.836	-	-	13.041	5.694	38.877	31.530
2035 - 2037	7.702	-	-	-	-	7.702	7.702
2038 - 2040	1.146	-	-	-	-	1.146	1.146
Total	184.932	175.089	160.602	181.586	154.085	541.607	499.619

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 580 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

10. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Tributos indiretos diferidos - passivo não circulante ¹	949.895	929.580	442.394	437.986

¹Montante relacionado, basicamente, à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47/IFRS 15, que será amortizado até o término da concessão.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Controladas						
SGT ¹	10.457.000	100,00%	-	-	75.703	74.113
MAR ²	174.500.000	100,00%	-	-	259.903	262.049
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	777.590	809.159
BRAS ¹	191.052.000	100,00%	-	-	221.164	222.777
SJT	434.523.157	100,00%	-	-	659.041	662.815
SPT ¹	537.235.007	100,00%	-	-	758.387	741.004
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	105.671	107.178
ANT	1.741.001.000	100,00%	-	-	2.069.803	1.848.739
PTG ⁴	241.700.000	100,00%	-	-	286.791	299.293
TNG ^{2 5}	963.001.000	100,00%	-	-	1.208.643	1.144.700
JUTR	15.749.291	100,00%	-	-	19.376	6.744
			-	-	6.442.072	6.178.571
Controladas em conjunto						
ETAU	34.895.364	75,62%	137.599	132.084	137.599	132.084
Aimorés	395.400.000	50,00%	268.322	258.000	268.322	258.000
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	401.660	387.609	401.660	387.609
Ivaí	315.000.000	50,00%	644.722	618.968	644.722	618.968
			1.452.303	1.396.661	1.452.303	1.396.661
Coligadas diretas³						
EATE	180.000.010	49,98%	598.250	567.924	598.250	567.924
EBTE	263.058.339	49,00%	166.523	162.498	166.523	162.498
ECTE	42.095.000	19,09%	51.368	50.988	51.368	50.988
ENTE	100.840.000	49,99%	469.877	461.561	469.877	461.561
ETEP	45.000.010	49,98%	137.533	135.511	137.533	135.511
ERTE	84.133.970	21,95%	43.312	42.644	43.312	42.644
EDTE	1.218.126	24,95%	82.108	78.066	82.108	78.066
Transudeste	30.000.000	49,00%	57.877	57.043	57.877	57.043
Transleste	49.569.000	49,00%	83.214	81.542	83.214	81.542
Transirapé	22.340.490	49,00%	83.845	81.546	83.845	81.546
			1.773.907	1.719.323	1.773.907	1.719.323
		Total do investimento	3.226.210	3.115.984	9.668.282	9.294.555

¹As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 8ª emissão de debêntures da Taesa. ²As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 6ª emissão de debêntures da Taesa. ³Em 31 de março de 2026, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possui participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%. ⁴Em 2025, o empreendimento entrou 100% em operação comercial, conforme NE 26. ⁵Em 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação comercial, conforme NE 25.

Mutação dos Investimentos	31/12/2025	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/03/2026
Controladas					
SGT	74.113	-	-	1.590	75.703
MAR	262.049	-	(7.079)	4.933	259.903
JAN	809.159	-	(74.200)	42.631	777.590
BRAS	222.777	-	(9.414)	7.801	221.164
SJT	662.815	-	(21.786)	18.012	659.041
SPT	741.004	-	-	17.383	758.387
LNT	107.178	-	(5.507)	4.000	105.671
ANT	1.848.739	152.000	-	69.064	2.069.803
PTG	299.293	-	(18.778)	6.276	286.791
TNG	1.144.700	57.000	-	6.943	1.208.643
JUTR	6.744	10.000	-	2.632	19.376
	6.178.571	219.000	(136.764)	181.265	6.442.072
Controladas em conjunto					
ETAU	132.084	-	-	5.515	137.599
Aimorés	258.000	-	-	10.322	268.322
Paraguaçu	387.609	-	-	14.051	401.660
Ivaí	618.968	-	-	25.754	644.722
	1.396.661	-	-	55.642	1.452.303
Coligadas diretas					
EATE	567.924	-	-	30.326	598.250
EBTE	162.498	-	-	4.025	166.523
ECTE	50.988	-	-	380	51.368
ENTE	461.561	-	-	8.316	469.877
ETEP	135.511	-	-	2.022	137.533
ERTE	42.644	-	-	668	43.312
EDTE	78.066	-	-	4.042	82.108
Transudeste	57.043	-	-	834	57.877
Transleste	81.542	-	-	1.672	83.214
Transirapé	81.546	-	-	2.299	83.845
	1.719.323	-	-	54.584	1.773.907
	9.294.555	219.000	(136.764)	291.491	9.668.282

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
Controladas					
SGT	72.495	-	(4.413)	6.031	74.113
MAR	252.540	-	(14.893)	24.402	262.049
JAN	727.523	-	(110.536)	192.172	809.159
BRAS	213.657	-	(15.086)	24.206	222.777
SJT	646.753	-	(45.736)	61.798	662.815
SPT	726.177	-	(14.329)	29.156	741.004
LNT	105.905	-	(9.340)	10.613	107.178
ANT	1.193.347	605.000	(15.696)	66.088	1.848.739
PTG	224.758	68.000	(2.035)	8.570	299.293
TNG	365.317	635.000	(44.971)	189.354	1.144.700
JUTR	2.198	5.000	-	(454)	6.744
	4.530.670	1.313.000	(277.035)	611.936	6.178.571
Controladas em conjunto					
ETAU	148.576	-	(37.519)	21.027	132.084
Aimorés	356.527	-	(144.678)	46.151	258.000
Paraquacu	586.305	-	(267.546)	68.850	387.609
Ivaí	600.776	-	(65.000)	83.192	618.968
	1.692.184	-	(514.743)	219.220	1.396.661
Coligadas diretas					
EATE	713.387	-	(248.646)	103.183	567.924
EBTE	179.482	-	(32.471)	15.487	162.498
ECTE	59.068	-	(12.947)	4.867	50.988
ENTÉ	476.309	-	(71.836)	57.088	461.561
ETEP	137.202	-	(16.521)	14.830	135.511
ERTE	47.152	-	(7.894)	3.386	42.644
EDTE	66.104	-	(3.145)	15.107	78.066
Transudeste	59.919	-	(7.759)	4.883	57.043
Transleste	86.452	-	(13.822)	8.912	81.542
Transirapé	74.989	-	(3.670)	10.227	81.546
	1.900.064	-	(418.711)	237.970	1.719.323
	8.122.918	1.313.000	(1.210.489)	1.069.126	9.294.555

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na NE 12 – Partes relacionadas.

A data-base das informações intermediárias das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

A seguir encontram-se as informações resumidas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balanço patrimonial	31/03/2026			31/12/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	174.055	331.289	505.344	173.203	238.064	411.267
Ativo de contrato de concessão	607.769	787.553	1.395.322	607.727	790.169	1.397.896
Outros ativos circulantes	79.300	117.008	196.308	79.484	119.783	199.267
Ativos circulantes	861.124	1.235.850	2.096.974	860.414	1.148.016	2.008.430
Ativo de contrato de concessão	6.739.109	4.065.640	10.804.749	6.677.624	4.038.358	10.715.982
Outros ativos não circulantes	349.412	1.752.726	2.102.138	349.456	1.721.105	2.070.561
Ativos não circulantes	7.088.521	5.818.366	12.906.887	7.027.080	5.759.463	12.786.543
Empréstimos, financiamentos, debêntures	166.274	329.272	495.546	111.599	310.804	422.403
Arrendamento mercantil	275	858	1.133	291	858	1.149
Outros passivos circulantes	112.551	246.036	358.587	260.818	263.750	524.568
Passivos circulantes	279.100	576.166	855.266	372.708	575.412	948.120
Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.905.113	1.814.347	4.719.460	2.873.342	1.817.809	4.691.151
Arrendamento mercantil	585	135	720	635	135	770
Outros passivos não circulantes	2.005.276	1.215.803	3.221.079	1.990.622	1.210.591	3.201.213
Passivos não circulantes	4.910.974	3.030.285	7.941.259	4.864.599	3.028.535	7.893.134
Patrimônio líquido individual	2.759.571	3.447.765	6.207.336	2.650.187	3.303.532	5.953.719
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.416.688	1.534.958	2.945.665	1.359.657	1.470.955	2.830.612
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	35.615	238.949	280.545	37.004	248.368	285.372
Investimento total da Taesa	1.452.303	1.773.907	3.226.210	1.396.661	1.719.323	3.115.984

Demonstração do resultado	31/03/2026			31/03/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	237.431	276.948	514.379	269.187	264.505	533.692
Custos e despesas	(15.816)	(105.609)	(121.425)	(11.294)	(25.397)	(36.691)
Receitas financeiras	7.975	9.539	17.514	11.959	11.304	23.263
Despesas financeiras	(89.792)	(77.885)	(167.677)	(77.446)	(71.719)	(149.165)
Resultado financeiro	(81.817)	(68.346)	(150.163)	(65.487)	(60.415)	(125.902)
Equivalência patrimonial	-	63.270	63.270	-	75.536	75.536
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(29.804)	(22.034)	(51.838)	(51.045)	(31.840)	(82.885)
Resultado do período	109.994	144.229	254.223	141.361	222.389	363.750
Resultado do período - participação da Taesa	57.337	63.978	121.315	73.697	99.536	173.233

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	31/03/2026			31/03/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(1.695)	(9.394)	(11.089)	(905)	(2.211)	(3.116)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	55.642	54.584	110.226	72.792	97.325	170.117

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2026	31/12/2025
Aimorés	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	208.990	201.815
Aimorés	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	50.635	48.859
Paraguaçu	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	378.520	365.530
Paraguaçu	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	88.897	85.782
Ivaí	Itaú	dez-43	(d)	IPCA + 4,9982%	2.344.345	2.282.955
Controladas em conjunto					3.071.387	2.984.941
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	13
EATE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	312.665	312.419
EATE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	256.828	266.488
EATE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	90.432	87.289
EATE	Santander	jun-30	(a)	IPCA + 7,4512%	258.729	250.037
EATE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	158.164	152.743
ECTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	173.959	183.229
ECTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	51.909	50.093
ECTE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	63.212	61.041
EDTE	Santander	dez-28	(c)	IPCA + 5,29%	350.946	340.945
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	5
ENTE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	50.395	50.351
ENTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	47.101	48.870
ENTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,47%	31.559	30.471
ETEP	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	98.649	102.356
ETEP	Votorantim	mai-27	(a)	CDI + 0,18%	36.854	35.586
EBTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	86.208	83.206
EBTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,39%	47.379	45.751
Transirapé	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,90%	25.948	25.948
Transirapé	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,5%	1.772	1.772
Coligadas diretas e indiretas					2.142.709	2.128.613
					5.214.096	5.113.554

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (d) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (Ivaí) - Contas Vinculadas.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Em 31 de março de 2026, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 5,29	Anual
11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$2.052 para a 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões.	N/A	Semestral
8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$357 para a 8ª e R\$380 para a 9ª e 10ª emissões.	N/A	Semestral
6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$886 para a 6ª, 7ª e 8ª emissões.	N/A	Semestral
6ª e 7ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$301 para as 6ª e 7ª emissões.	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$238 para a 4ª e 5ª emissões.	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$173.	N/A	Semestral
Contrato BDMG-FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Provisões para riscos judiciais e passivos contingentes

	Provisões		Passivos contingentes	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Paraguaçu	4.371	4.244	27.612	25.400
Aimorés	4.231	4.124	14.682	14.560
ETAU	319	319	3.410	3.269
Ivaí	-	45.641	-	-
Controladas em conjunto	8.921	54.328	45.704	43.229
EATE	226	226	7.599	7.348
EBTE	-	-	164	158
ENTE	600	600	-	-
Coligadas diretas	826	826	7.763	7.506
	9.747	55.154	53.467	50.735

(iii) RAP

Concessão	Ciclo 2025-2026			Ciclo 2024-2025			Ciclo 2023-2024		
	Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.348 de 16/07/2024			Resolução 3.216 de 04/07/2023		
	Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025			Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	53.507	2.842	56.349	49.996	3.656	53.652	54.649	2.463	57.112
Aimorés ¹	119.873	(4.084)	115.789	113.818	(4.894)	108.924	109.518	(3.848)	105.670
Paraguaçu ¹	178.915	(6.067)	172.848	169.878	4.040	173.918	163.460	(16.325)	147.135
Ivaí ¹	435.613	(15.979)	419.634	413.610	(24.484)	389.126	410.619	(14.467)	396.152
ENTE	208.097	(7.560)	200.537	194.443	(8.369)	186.074	195.118	(3.995)	191.123
EATE	404.597	(14.660)	389.937	378.049	(15.599)	362.450	379.022	(7.483)	371.539
EBTE ¹	85.775	1.891	87.666	73.681	(2.457)	71.224	69.641	(668)	68.973
ECTE	87.872	(3.218)	84.654	82.108	(3.516)	78.592	82.385	(1.645)	80.740
ETEP	90.902	(3.361)	87.541	84.972	(3.678)	81.294	85.221	(1.501)	83.720
ERTE	47.619	(1.715)	45.904	44.495	(809)	43.686	44.425	(17.471)	26.954
STC ¹	40.520	(1.987)	38.533	35.070	3.161	38.231	37.738	(965)	36.773
Lumitrans	24.632	(898)	23.734	23.016	(1.008)	22.008	23.094	(663)	22.431
ESTE ¹	169.491	(6.161)	163.330	160.930	(7.407)	153.523	154.851	(4.139)	150.712
ESDE ¹	20.014	(482)	19.532	19.664	(503)	19.161	18.921	(483)	18.438
ETSE	39.224	(33)	39.191	37.242	(365)	36.877	35.840	231	36.071
EDTE ¹	104.856	(3.834)	101.022	99.560	(4.229)	95.331	95.799	(3.190)	92.609
Transirapé	46.346	(2.888)	43.458	44.874	(838)	44.036	42.670	2.003	44.673
Transleste	37.705	(1.379)	36.326	35.232	(1.516)	33.716	35.351	(878)	34.473
Transudeste	23.370	(854)	22.516	21.837	(941)	20.896	21.911	(444)	21.467
TOTAL	2.218.928	(70.427)	2.148.501	2.082.475	(69.756)	2.012.719	2.060.233	(73.468)	1.986.765

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos.

Abaixo tabela relativa a PA VU e PA RETRO, cujas descrições constam na NE 6.

Concessão	PA VU		Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	1 ciclos	3 ciclos		3 ciclos	5 ciclos	
ETAU	4.459	1.348	5.807	-	-	-
Transirapé	-	-	-	-	216	216
ENTE	-	-	-	-	(9)	(9)
EATE	-	-	-	-	74	74
EBTE ¹	-	-	-	-	169	169
ETSE ¹	-	-	-	862	-	862
	4.459	1.348	5.807	862	450	1.312

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original / Periodicidade	Período de Vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a TAESA e controladas em conjunto						
1	OCR x outras receitas - O&M - (RS)	ETAU	R\$19 / mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
2	OCR x outras receitas - O&M - (SC)		R\$14 / mensal	01/12/2021 a 01/12/2026		
3	OCR x outras receitas - O&M	Aimorés / Paraguaçu	R\$24 / mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH	ETAU/ AIMORÉS	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	IGP-M	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
5		PARAGUAÇU		10/02/2022 a 10/02/2027	IPCA	
6						
7	OCR x outras receitas - Reembolso de despesas	ETAU / AIMORÉS e PARAGUAÇU	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Transações entre a TAESA e suas coligadas						
8	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI)	EDTE	R\$6 / mensal	27/12/2018 até a extinção da concessão	IPCA	Não Aplicável.
Transações com acionista						
9	CRCP x outras receitas - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)	CEMIG D x SGT	R\$57 / mensal	18/03/2014 até o término da concessão	IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
10	CRCP x receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST")	Grupo Taesa x CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão.	IPCA ou IGP-M, conforme atualização da RAP.	Não Aplicável.

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de PCE.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Transações com controladas em conjunto					
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	23	24	72	90
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	18	18	57	88
3	Serviços de O&M - Taesa x Paraguaçu	-	31	93	111
3	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	29	31	92	116
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	910	679	606	757
5	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Aimorés	1.152	749	665	836
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguaçu	1.678	1.112	1.027	1.271
7	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	47	33	47	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	17	16	17	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	16	-	16	-
Transações com coligadas					
8	CCI - Taesa x EDTE	9	9	27	26
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
9	CCT - SGT X CEMIG	114	-	228	322
10	CPST - BRAS X CEMIG	-	-	498	523
10	CPST - SGT X CEMIG	-	-	1.782	1.402
10	CPST - MAR X CEMIG	-	-	267	322
10	CPST - MIR X CEMIG	-	-	-	-
10	CPST - JAN X CEMIG	372	-	3.426	3.765
10	CPST - SJT X CEMIG	-	-	919	922
10	CPST - SPT X CEMIG	-	-	1.083	879
10	CPST - LNT X CEMIG	-	-	149	145
10	CPST - PTG X CEMIG	31	-	284	-
Transações com controladora					
10	CPST - TAESA X CEMIG	578	287	29.159	28.166
		4.994	2.989	40.514	39.741

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada	Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não Aplicável.	Taxa de administração de 0,30% sobre o total das contribuições mensais. O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 160, de 26 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial da União em: 27/03/2012 Edição: 60 Seção: 1 Página: 87
2	OCP x Serviços prestados - CCI	TAESA (ETEO) x CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
3		TAESA (ATE) x CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.		
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
4	OCP x Serviços prestados - CCI	SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	17/02/2014 até o vencimento da concessão.	IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, determinação legal, ou por mútuo acordo entre as partes.
5		MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.		
6		ANT X CTEEP	R\$8 valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes		
7	OCP x Serviços prestados - O&M	MAR x CEMIG GT	R\$68 Valor mensal	03/03/2025 a 03/03/2030	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. Por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. Em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
8	OCP x Serviços prestados - O&M	SGT x CEMIG GT	R\$66 Valor mensal	10/07/2024 a 10/07/2029	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. na ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas	ETAU e PARAGUAÇU	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
Transações com acionistas						
10	OCP x Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional	CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido à CEMIG o valor máximo de R\$11.786. Valor corrigido R\$25.996.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	351	-	351	288
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	999	-	999	831
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
4	CCI - SGT x CEMIG GT	-	5	17	10
5	CCI - MARIANA x CEMIG GT	20	21	64	40
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	170	204
8	O&M - SGT x CEMIG GT	114	60	210	199
9	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	8	7	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	3	3	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	19	18	-	-
Transações entre Taesa e Acionistas					
10	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	25.996	25.191	805	449
		27.510	25.305	2.616	2.021

II- Dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) a pagar e a receber

Dividendos a receber	31/12/2025	Adição ¹	Recebimento	31/03/2026
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	-	-	-	-
PARAGUAÇU	-	-	-	-
ETAU	-	-	-	-
IVAÍ	58.915	-	(58.915)	-
EATE	-	-	-	-
EBTE	-	-	-	-
ECTE	1.506	-	-	1.506
ETEP	-	-	-	-
EDTE	2.970	-	-	2.970
ENTE	-	-	-	-
ERTE	1.770	-	-	1.770
TRANSLESTE	2.696	-	-	2.696
TRANSIRAPÉ	3.670	-	-	3.670
TRANSUDESTE	1.591	-	-	1.591
Consolidado	73.118	-	(58.915)	14.203
Controladas				
BRAS	-	9.414	(9.414)	-
SGT	-	-	-	-
MAR	-	7.079	(7.079)	-
JAN	-	74.200	(74.200)	-
SJT	-	21.786	(21.786)	-
SPT	-	-	-	-
LNT	-	5.507	(5.507)	-
ANT	15.696	-	-	15.696
PTG	2.035	18.778	(18.778)	2.035
TNG	44.971	-	-	44.971
Controladora	135.820	136.764	(195.679)	76.905

Dividendos a receber	31/12/2024	Adição ¹	Recebimento	31/12/2025
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	18.711	144.678	(163.389)	-
PARAGUAÇU	30.634	267.546	(298.180)	-
ETAU	-	37.519	(37.519)	-
IVAÍ	24.385	64.475	(29.945)	58.915
EATE	11.235	248.646	(259.881)	-
EBTE	4.287	32.471	(36.758)	-
ECTE	2.706	12.947	(14.147)	1.506
ETEP	-	16.521	(16.521)	-
EDTE	2.697	3.145	(2.872)	2.970
ENTE	-	71.836	(71.836)	-
ERTE	1.842	7.894	(7.966)	1.770
TRANSLESTE	3.550	13.822	(14.676)	2.696
TRANSIRAPÉ	4.204	3.670	(4.204)	3.670
TRANSUDESTE	2.117	7.759	(8.285)	1.591
Consolidado	106.368	932.929	(966.179)	73.118
Controladas				
BRAS	8.394	15.086	(23.480)	-

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2024	Adição ¹	Recebimento	31/12/2025
SGT	-	4.413	(4.413)	-
MAR	2.408	14.893	(17.301)	-
JAN	-	110.536	(110.536)	-
SJT	-	45.736	(45.736)	-
SPT	16.862	14.329	(31.191)	-
LNT	1.804	9.340	(11.144)	-
ANT	-	15.696	-	15.696
PTG	-	2.035	-	2.035
TNG	-	44.971	-	44.971
Controladora	135.836	1.209.964	(1.209.980)	135.820

¹Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e JCP.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2025			Pagamento		31/03/2026		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP ¹	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora								
ISA	34.469	18.274	52.743	(26.601)	(18.274)	7.868	-	7.868
Cemig	50.212	26.620	76.832	(38.751)	(26.620)	11.461	-	11.461
Não Controladores	147.149	78.593	225.742	(113.422)	(78.546)	33.727	47	33.774
	231.830	123.487	355.317	(178.774)	(123.440)	53.056	47	53.103

¹Desconsidera o valor de R\$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2024			Adição		Pagamento		31/12/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP ¹	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	58.654	17.426	76.080	46.268	82.265	(70.453)	(81.417)	34.469	18.274	52.743
Cemig	85.445	25.384	110.829	67.401	119.842	(102.634)	(118.606)	50.212	26.620	76.832
Não Controladores	250.169	74.887	325.056	197.287	350.782	(300.307)	(347.076)	147.149	78.593	225.742
	394.268	117.697	511.965	310.956	552.889	(473.394)	(547.099)	231.830	123.487	355.317

¹Considera o valor de R\$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026. Além disso, desconsidera o valor de R\$20.666 pago em 2024 a título de retenção do IRRF sobre os JCP deliberado em 6 de novembro de 2024 e pago em 29 de janeiro de 2025.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Valor aprovado	Data de pagamento	Valor por ação ON e PN
JCP	2025	11/11/2025	CA	144.485	28/01/2026	0,13980241117
				144.485		
Dividendos intercalares	2025	11/11/2025	CA	178.779	28/01/2026	0,17298440438
				178.779		

Os dividendos intercalares e os JCP declarados foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202º da Lei das Sociedades por Ações.

III – Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal – Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	31/03/2026		31/03/2025	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária ¹	57%	43%	57%	43%

¹Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Média de membros remunerados durante o período ¹	11	10	5	5	4,33	5
Remuneração fixa²	875	731	2.476	2.202	196	223
Salário ou pró-labore	764	639	1.843	1.630	163	186
Benefícios diretos e indiretos	-	-	264	246	-	-
Encargos	111	92	369	326	33	37
Remuneração variável	-	-	1.888	1.640	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.888	1.640	-	-
Valor total da remuneração	875	731	4.364	3.842	196	223

¹Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. ²O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Número de membros efetivos	13	13	5	5	4	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	28	26	416	389	16	15
Menor remuneração individual no período (mensal)	23	15	243	222	9	15
Remuneração individual média no período (mensal) ¹	27	24	291	274	16	15

¹O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

13. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços – Passivo Circulante ¹	253.843	287.459	134.996	160.998

¹A variação reflete, principalmente, a redução do saldo de fornecedores, em decorrência de pagamentos efetuados no período.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**14.1. Empréstimos e financiamentos**

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais	31/03/2026				31/12/2025				
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
Moeda nacional-R\$ ¹															
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro-rata	(3.148)	44.022	1.857	42.731	(3.279)	44.931	1.693	43.345	
Consolidado							(3.148)	44.022	1.857	42.731	(3.279)	44.931	1.693	43.345	
Circulante															4.819
Não circulante										37.738					38.526

¹Empréstimo mensurado ao custo amortizado.

Movimentação dos empréstimos	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	43.345	485.302	-	438.654
(+) Juros e variação cambial	911	(40.250)	-	(43.808)
(-) Ajuste ao valor justo	-	1.861	-	1.861
(-) Amortização de principal	(908)	(379.234)	-	(375.602)
(-) Juros pagos	(617)	(24.334)	-	(21.105)
Saldo final	42.731	43.345	-	-

Indexador	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador					Subtotal	Total
		Não circulante						
		2027	2028	2029	Após 2029			
IPCA	5.488	2.724	3.632	3.631	30.404	40.391	45.879	
(-) Custo a amortizar	(495)	(343)	(421)	(378)	(1.511)	(2.653)	(3.148)	
	4.993	2.381	3.211	3.253	28.893	37.738	42.731	

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida, todos os covenants não financeiros foram cumpridos.



Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

14.2. Debêntures

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamentos Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/Vencimento	31/03/2026				31/12/2025				
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
Moeda nacional- R\$																	
Santander-ABC-BB	6ª	1ª	850.000	15/05 e 15/11	108% do CDI¹	Bullet	15/05/2026	15/05/2019 15/05/2026	(6.018)	850.000	47.244	891.226	(6.185)	850.000	15.315	859.130	
Santander/ABC/BB	6ª	2ª	210.000	15/05 e 15/11	IPCA + 5,50%	Semestral	15/05/2023	15/05/2019 15/05/2044	(6.018)	298.120	5.820	297.922	(6.185)	293.537	1.877	289.229	
BTG/Santander/XP Investimentos	7ª	única	508.960	15/03 e 15/09	IPCA + 4,50%	Semestral	15/09/2025	15/09/2019 15/09/2044	(18.367)	884.350	1.701	867.684	(18.865)	890.096	11.737	882.968	
Santander	8ª	única	300.000	15/06 e 15/12	IPCA + 4,7742%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2039	(11.255)	388.430	5.210	382.385	(11.666)	382.459	779	371.572	
Santander	10ª	1ª	650.000	15/11 e 15/05	CDI + 1,70%	Bullet	15/05/2028	15/05/2021 15/05/2028	(2.904)	351.455	20.307	368.858	(3.022)	351.455	6.577	355.010	
Santander	10ª	2ª	100.000	15/11 e 15/05	IPCA + 4,7605%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/05/2034	15/05/2021 15/05/2036	(2.904)	131.725	2.231	131.052	(3.022)	129.700	720	127.398	
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB	11ª	2ª	650.000	15/07 e 15/01	CDI + 1,36%	Anual nos 3º, 4º e 5º anos	15/01/2025	15/01/2022 15/01/2027	(98)	216.667	6.771	223.340	(162)	433.334	32.335	465.507	
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	1ª	630.783	15/10 e 15/04	IPCA + 5,60%	Bullet	15/04/2029	15/04/2022 15/01/2029	(10.254)	743.530	18.555	751.831	(10.616)	731.527	8.431	729.342	
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	2ª	300.410	15/10 e 15/04	IPCA + 5,75%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2032	(10.254)	354.106	9.070	352.922	(10.616)	348.389	4.121	341.894	
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	3ª	318.807	15/10 e 15/04	IPCA + 5,85%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2037	(10.254)	375.791	9.790	375.327	(10.616)	369.724	4.447	363.555	
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	1ª	327.835	15/03 e 15/09	IPCA + 5,8741%	Bullet	15/09/2033	15/09/2023 15/09/2033	(10.409)	367.863	918	358.372	(10.669)	361.924	6.201	357.456	
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	2ª	86.261	15/03 e 15/09	IPCA + 6,0653%	Bullet	15/09/2035	15/09/2023 15/09/2035	(10.409)	96.793	249	86.633	(10.669)	95.231	1.684	86.246	
Santander-Itaú-XP -Safra	14ª	3ª	385.904	15/03 e 15/09	IPCA + 6,2709%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/09/2036	15/09/2023 15/09/2038	(10.409)	433.022	1.151	423.764	(10.669)	426.031	7.782	423.144	
XP	15ª	1ª	1.000.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,63%	Bullet	15/03/2029	15/03/2024 15/03/2029	(5.812)	1.000.000	6.287	1.000.475	(6.075)	1.000.000	44.153	1.038.078	
XP	15ª	2ª	300.000	15/03 e 15/09	IGPM + 5,8438%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/03/2034	15/03/2024 15/03/2034	(5.812)	316.728	786	311.702	(6.075)	319.474	5.446	318.845	
Bradesco	16ª	única	400.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,55%	Bullet	15/09/2030	15/09/2024 15/09/2031	(912)	400.000	2.501	401.589	(958)	400.000	17.562	416.604	
Santander-UBS BBBV	17ª	única	650.000	15/01 e 15/06	IPCA + 7,169%³	Anual - três parcelas sucessivas	15/01/2038	15/01/2025 15/01/2040	(26.263)	687.065	65.193	725.995	(26.775)	676.821	36.606	686.652	
Itaú	18ª	1ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,1499%²	Anual - duas parcelas sucessivas	15/07/2031	30/07/2025 15/07/2032	(9.640)	410.108	18.706	419.174	(9.969)	403.488	13.292	406.811	
Itaú	18ª	2ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,0564%²	Anual - três parcelas sucessivas	15/07/2033	30/07/2025 15/07/2035	(9.640)	410.108	17.696	418.164	(9.969)	403.488	13.645	407.164	
Btg	19ª	única	329.450	15/04 e 15/10	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/10/2031	15/04/2026 15/10/2032	(8.767)	329.450	20.073	340.756	(9.127)	329.450	8.052	328.375	



Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamentos Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/Vencimento	31/03/2026				31/12/2025			
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaú	20ª	única	600.000	15/12 a partir de 12/2037	IPCA + 6,4712%	Anual -quatro parcelas sucessivas	15/12/2037	30/07/2025 17/12/2040	(25.946)	610.133	10.567	594.754	(26.435)	600.411	1.197	575.173
Bradesco	21ª	1ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/03/2032	15/03/2026 15/03/2033	(203)	400.000	677	400.474	-	-	-	-
Bradesco	21ª	2ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	IPCA + 6,4712%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/03/2034	15/03/2026 15/03/2036	(201)	400.000	683	400.482	-	-	-	-
Controladora									(202.749)	10.455.444	272.186	10.524.881	(208.345)	9.796.539	241.959	9.830.153
Circulante												1.032.792				1.287.195
Não circulante												9.492.089				8.542.958
<i>Moeda nacional-R\$</i>																
BTG-Santander-XP - JAN	1ª	1ª	224.000	15/01 e 15/07	IPCA + 4,5%	Semestral	17/01/2022	15/01/2019 15/07/2033	(3.826)	227.023	2.031	225.228	(4.090)	234.694	4.929	235.533
Itaú - BTG - JAN	2ª	única	575.000	15/06 e 15/12	IPCA + 4,8295%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2044	(22.314)	899.714	12.206	889.606	(22.911)	885.883	1.825	864.797
Consolidado									(228.889)	11.582.181	286.423	11.639.715	(235.346)	10.917.116	248.713	10.930.483
Circulante												1.078.550				1.335.523
Não circulante												10.561.165				9.594.960

¹Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas. ²Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$800.00 referente à 1ª e 2ª séries da 18ª emissão de debêntures, foram swaps que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306%. a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862%. a.a. ambos os swaps mensurados a valor justo. ³Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$707.250 referente à 17ª emissão de debêntures, foram swaps que trocam o risco de IPCA +7,1690% pelo CDI - 0,84%, mensurados a valor justo.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	10.930.483	9.313.157	9.830.153	8.224.821
(+) Novas emissões	800.000	2.379.545	800.000	2.379.545
(+) Juros e variação monetária incorridos	340.332	1.131.733	309.967	1.030.130
(-) Pagamento de principal	(248.306)	(1.056.528)	(236.943)	(1.016.869)
(-) Pagamento de juros	(200.465)	(768.865)	(195.105)	(715.317)
(-) Custo de transação (novas emissões)	(410)	(86.226)	(410)	(86.226)
(+/-) Ajuste ao valor justo	10.419	(6.278)	10.419	(6.278)
(+) Amortização dos custos de emissão	7.662	23.945	6.800	20.347
Saldo final	11.639.715	10.930.483	10.524.881	9.830.153

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante				Subtotal	Total
		2027	2028	2029	Após 2029		
CDI	528.676	218.025	453.049	1.000.000	2.636.732	4.307.806	4.836.482
IPCA	576.077	115.710	122.701	870.982	5.029.139	6.138.532	6.714.609
IGP-M	785	-	-	-	316.728	316.728	317.513
(-) Custos de emissão a amortizar	(26.988)	(19.797)	(25.878)	(24.941)	(131.285)	(201.901)	(228.889)
	1.078.550	313.938	549.872	1.846.041	7.851.314	10.561.165	11.639.715

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 6^a, 7^a, 8^a, 11^a, 12^a, 14^a, 15^a, 16^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissões de debêntures da Taesa e das 1^a e 2^a emissões de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros). A 2^a emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras de vencimento antecipado.

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
2 ^a emissão - JAN	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida ¹	Igual ou maior que 1,2	Anual

¹Calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas.

A 2^a Série das 6^a e a 8^a emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida dos covenants financeiros, todos os covenants financeiros foram cumpridos.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1^a série da 6^a emissão e às 1^a e 2^a séries das 18^a e 17^a emissões de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na NE 18.

15. PROVISÕES PARA RISCOS JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Mutação das provisões	31/12/2025	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Pagamento	31/03/2026
Trabalhistas	6.130	-	-	280	(158)	6.252
Tributárias	18.500	560	-	1.471	-	20.531
Cíveis	40.060	209	-	286	(221)	40.334
Controladora	64.690	769	-	2.037	(379)	67.117
Trabalhistas	857	-	-	(56)	-	801
Tributárias	3.331	-	-	19	-	3.350
Cíveis	119.038	-	(44)	1.560	(975)	119.579
Consolidado	187.916	769	(44)	3.560	(1.354)	190.847

Mutação das provisões	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Pagamento	Servidões ¹	31/12/2025
Trabalhistas	4.116	2.524	(35)	574	(1.049)	-	6.130
Tributárias	17.629	214	(100)	757	-	-	18.500
Cíveis	33.015	3.191	-	6.211	(2.357)	-	40.060
Controladora	54.760	5.929	(135)	7.542	(3.406)	-	64.690
Trabalhistas	570	269	-	100	(82)	-	857
Tributárias	2.935	352	-	44	-	-	3.331
Cíveis	112.139	5.017	-	5.853	(8.183)	4.212	119.038
Consolidado	170.404	11.567	(135)	13.539	(11.671)	4.212	187.916

¹ Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

15.1. Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2026, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais e administrativos provisionados possuíam valores atualizados de R\$27.121 na controladora (R\$22.256 em 31 de dezembro de 2025) e R\$113.292 no consolidado (R\$108.353 em 31 de dezembro de 2025). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, horas extras, reclamações trabalhistas, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2025	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	31/03/2026
Trabalhistas	3.828	-	(3)	55	(31)	3.849
Tributárias	37.813	-	-	1.057	(1.024)	37.846
Cíveis	10.384	-	(9)	335	-	10.710
Controladora	52.025	-	(12)	1.447	(1.055)	52.405
Trabalhistas	111	-	-	1	(36)	76
Tributárias	352	-	-	-	-	352
Cíveis	90.178	40	(1.075)	860	(310)	89.693
Consolidado	142.666	40	(1.087)	2.308	(1.401)	142.526

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2024	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	31/12/2025
Trabalhistas	4.222	262	(570)	33	(119)	3.828
Tributárias	37.260	-	(423)	9.688	(8.712)	37.813
Cíveis	11.855	281	(1.557)	(155)	(40)	10.384
Controladora	53.337	543	(2.550)	9.566	(8.871)	52.025
Trabalhistas	194	19	(105)	3	-	111
Tributárias	-	352	-	-	-	352
Cíveis	89.985	8.921	(6.565)	621	(2.784)	90.178
Consolidado	143.516	9.835	(9.220)	10.190	(11.655)	142.666

15.2. Passivos contingentes

	31/03/2026				31/12/2025			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	13.384	1.475.271	268.416	1.757.071	13.289	1.431.176	251.543	1.696.008
BRAS	-	9.297	-	9.297	-	8.990	56	9.046
MAR	234	245	1	480	231	214	1	446
JAN	429	4.905	541	5.875	422	4.742	90	5.254
SPT	-	784	2.876	3.660	-	758	2.823	3.581
SJT	-	1.203	2.464	3.667	-	1.239	2.423	3.662
	14.047	1.491.705	274.298	1.780.050	13.942	1.447.119	256.936	1.717.997

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$21.310 em 31 de março de 2026 (R\$19.070 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.991 em 31 de março de 2026 (R\$8.695 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$149.126 em 31 de março de 2026 (R\$144.209 em 31 de dezembro de 2025). Em 14 de agosto 2024, foi dado provimento ao Recurso Voluntário para cancelamento da autuação. Foram apresentados Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional, que foram negados. Aguarda-se a interposição de Recurso Especial pela Fazenda Nacional.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.781 em 31 de março de 2026 (R\$9.458 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$ 9.844 em 31 de março de 2026 (R\$9.517 em 31 de dezembro de 2025), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$14.981 em 31 de março de 2026 (R\$14.290 em 31 de dezembro de 2024), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE II - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$ 2.563 em 31 de março de 2026 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2025), sendo R\$1.648 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$24.181 em 31 de março de 2026 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2025).

Brasnorte - (i) Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R\$ 4.426 em 31 de março de 2026 (R\$4.706 em 31 de dezembro de 2025). (ii) Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de março 2026, o valor atualizado era de R\$4.867 (R\$4.280 em 31 de dezembro 2025).

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNA por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$ 228.027 em 31 de março de 2026 (R\$220.508 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$ 139.619 em 31 de março de 2026 (R\$135.015 em 31 de dezembro de 2025) para o ano calendário de 2016 e R\$ 210.295 em 31 de março de 2026 (R\$184.401 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 18 de julho de 2023 foi interposto Recurso Voluntário. Em julgamento ocorrido em 09 outubro de 2024, foi determinada realização de diligência nos casos dos anos calendários 2014/2015 e 2016 para apresentação de documentos, pendente de início. Em 23 de setembro de 2025, foi proferido acórdão pelo CARF dando provimento ao Recurso Voluntário para cancelar o Auto de Infração dos anos calendários 2017/2018.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$276.641 em 31 de março de 2026 (R\$267.519 em 31 de dezembro de 2025), decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$224.051 em 31 de março de 2026 (R\$216.662 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 31 de março de 2026, os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$ e R\$131.000 e R\$45.000. Foi proferida Sentença favorável de mérito, na Arbitragem 71 que: (i) não reconheceu a existência de relação jurídico-obrigacional entre as partes, (ii) julgou improcedente o pedido do CMT de indenização da TAESA; e (iii) julgou procedente tão somente o pedido de condenação da TAESA ao pagamento de indenização correspondente aos gastos pré-Leilão e pós-Leilão. Em 31 de março de 2026, aguarda-se o início de realização de prova pericial para apurar o valor de tais gastos pré-leilão na arbitragem 71. Aguarda-se o julgamento da arbitragem 72, a qual no momento encontra-se suspensa por decisão judicial.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R\$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025									
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
CEMIG ¹	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36	
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64	
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-	
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.697	100,00	

¹Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reserva legal – Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia deixou de constituir a reserva legal no exercício, visto que, o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, excede 30% do capital social, conforme artigo 193 paragrafo §1 da referida lei.

Reserva de incentivo fiscal – Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE no montante acumulado na reserva em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 347.927. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação anualmente, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

Reserva especial de ágio – Com base no disposto na Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 31 de março de 2026 foi de R\$420.101 (R\$413.462 até 31 de dezembro de 2025).

Reserva de lucros a realizar – Reserva constituída com base na parcela não realizada do lucro distribuível.

Outros resultados abrangentes – As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$5.178 (R\$3.417, líquido de impostos) e em 31 de março de 2025, reconheceu uma perda no montante de R\$10.186 (R\$6.723, líquido de impostos).

Remuneração dos acionistas – O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar JCP, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os JCP são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos JCP fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos JCP, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco ¹	Prêmio
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	ZURICH	19/09/2025 a 18/09/2026	80.000	-	67
Responsabilidade civil geral	Chubb	19/11/2025 a 19/11/2026	20.000	-	64
Veículos ²	Tokio Marine	05/03/2026 a 05/03/2027	100% Tabela FIPE	-	390
Risco Cibernético	Tokio Marine	09/12/2025 a 09/12/2026	20.000	-	486
	Zurich	09/12/2025 a 08/12/2026	40.000	-	805
Riscos Diversos - Cesta Aérea	FAIRFAX	09/10/2025 a 08/10/2026	1.140	1.140	7
Seguro Aeronáutico RETA	Mapfre	14/07/2025 a 13/07/2026	779	-	13
Risco operacional	FAIRFAX	19/04/2025 a 18/10/2026	74.000	1.247.737	3.479
	FAIRFAX	31/07/2025 a 30/07/2026	80.921	80.921	208

¹Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. ²A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As concessões ANT, TNG, SIT e JUTR, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691
JUTR	002/2024	BMG Seguros S.A.	12/12/2024 a 20/09/2028	18.300

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Categorias e hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 – “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de março de 2026.

	NE	Categoria de instrumentos financeiro	Hierarquia do valor justo	Consolidado		Controladora	
				31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros							
- Títulos e valores mobiliários	5	VJR	Nível 2	553.603	583.935	412.578	417.623
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4	VJR	Nível 2	1.087.428	739.340	1.078.500	680.869
- Instrumentos financeiros derivativos	18	VJR	Nível 2	5.867	3.953	2.167	2.617
- Caixa e Bancos	4	Custo amortizado	-	3.693	2.256	2.664	629
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	Custo amortizado	-	295.891	284.838	236.641	227.834
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	2.279	2.279	-	-
				1.948.761	1.616.601	1.732.550	1.329.572
Passivos financeiros							
- Fornecedores	13	Custo amortizado	-	253.843	287.459	134.996	160.998
- Empréstimos e financiamentos	14.1	Custo amortizado	-	42.731	43.345	-	-
- Debêntures	14.2	Custo amortizado	Nível 2	11.639.715	10.930.483	10.524.881	9.830.153
- Instrumentos financeiros derivativos	18	VJORA	-	172.338	179.282	172.338	179.282
- Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	-	515	614	515	614
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	87.978	86.504	67.373	66.486
				12.197.120	11.527.687	10.900.103	10.237.533

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)
18.1.1. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Debêntures - Passivos financeiros	11.639.715	11.053.618	10.930.483	10.448.928
Controladora				
Debêntures - Passivos financeiros	10.524.881	10.114.215	9.830.153	9.467.164

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

18.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting

(i) Derivativos não designados como instrumentos de hedge

Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou, operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira com seus fornecedores, conforme tabela abaixo:

Concessão	Montante	Moeda	Vencimento
SIT	SEK 269.606	Coroa sueca	2025 e 2026
JUTR	USD 5.834	Dólar	2025 e 2027

(ii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de fluxo de caixa

Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas.

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/03/2026
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	(1.166)
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	(289)
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	(632)
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	(1.232)
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	(1.234)
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	(625)
Controladora e Consolidado						(5.178)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)
(iii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de valor justo

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de valor justo, derivativos no montante de R\$800.000 referente à 1ª e 2ª série, ambas no valor de R\$ 400.000, da 18ª emissão de debêntures, foram swaps que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306% a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862% a.a. e na 17ª emissão de debêntures série única o montante de R\$ 707.250 que também foi objeto de swap que troca o risco de IPCA +7,1690% pelo CDI - 0,84%, todos os swaps mensurados a valor justo. Para mensurar a parcela inefetiva das relações de hedge, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

As fontes de inefetividade de hedge que podem afetar a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são: (i) modificação no item coberto; e (ii) uma alteração relevante no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos swaps designados.

Item	Nocional (R\$)	Saldo em 31/03/2026	
		Valor contábil	Valor justo
Swap 18ª Emissão - 1ª Série	400.000	29.548	735
Swap 18ª Emissão - 2ª Série	400.000	29.297	1.493
Swap 17ª Emissão	707.205	38.685	(6.368)

(iv) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2025	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/03/2026
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	-	-	-	-	-	-
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	56.938	(284)	-	1.859	-	58.513
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	14.957	(17)	(15.499)	-	-	(559)
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	12.389	(520)	5.080	-	-	16.949
Contrato de SWAP (BR Partners)	58.383	(615)	-	921	-	58.689
Contrato de SWAP (Itaú)	18.399	(86)	-	1.166	-	19.479
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	18.213	(181)	-	1.232	-	19.264
Contrato NDF Saíra	(2.614)	(978)	-	-	1.428	(2.164)
Controladora	176.665	(2.681)	(10.419)	5.178	1.428	170.171
Total do ativo	(2.617)					(2.167)
Total do passivo	179.282					172.338
Contrato NDF Juruá	(1.336)	(2.364)	-	-	-	(3.700)
Consolidado	175.329	(5.045)	(10.419)	5.178	1.428	166.471
Total do ativo	(3.953)					(5.867)
Total do passivo	179.282					172.338

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2024	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2025
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(65.449)	82.325	(1.861)	-	(15.015)	-
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	34.243	(17.761)	-	26.716	13.740	56.938
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	-	5.826	9.131	-	-	14.957
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	-	15.241	(2.852)	-	-	12.389
Contrato de SWAP (BR Partners)	36.513	(18.899)	-	27.210	13.559	58.383
Contrato de SWAP (Itaú)	12.021	(6.257)	-	8.094	4.541	18.399
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	12.352	(7.417)	-	8.494	4.784	18.213
Contrato NDF Saíra	(9.385)	573	-	-	6.198	(2.614)
Controladora	20.295	53.631	4.418	70.514	27.807	176.665
Total do ativo	(74.834)					(2.617)
Total do passivo	95.129					179.282
Contrato NDF Juruá	(4.520)	3.302	-	-	(118)	(1.336)
Consolidado	15.775	56.933	4.418	70.514	27.689	175.329
Total do ativo	(79.354)					(3.953)
Total do passivo	95.129					179.282

18.3. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/03/2026 anualizado
CDI ¹	13,00%	16,25%	19,50%	14,61%
IPCA ¹	4,86%	6,08%	7,29%	7,91%
PTAX	5,25	6,5625	7,8750	5,2194
Sek	0,5741	0,7176	0,8612	0,5475
IGPM	4,80%	6,00%	7,20%	0,78%

¹Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de abril de 2026.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/03/2026	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a março de 2026 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.641.031	(163.639)	174.255	543.058
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	4.836.482	78.018	(79.877)	(237.789)
- IPCA	6.760.488	207.061	124.578	42.091
- IGPM	317.513	(12.805)	(16.631)	(20.457)
		108.635	202.325	326.903
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.491.078	(148.686)	158.332	493.435
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	4.836.482	78.018	(79.877)	(237.789)
- IPCA	5.573.634	170.710	102.707	34.701
- IGPM	317.513	(12.805)	(16.631)	(20.457)
		87.237	164.531	269.890
Com proteção				
<i>Controladora e Consolidado</i>				
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	2.047.831	32.760	(33.541)	(99.850)
- IPCA	2.186.271	67.480	40.599	13.717
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - CDI	(2.047.831)	(32.760)	33.541	99.850
Ponta passiva - IPCA	(2.186.271)	(67.480)	(40.599)	(13.717)
NDF - Moeda Sek	(2.164)	58	369	680
NDF - Moeda Dólar	(3.700)	22	953	1.883
Efeito líquido total Controladora e Consolidado		80	1.322	2.563

18.4. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. A Companhia e suas controladas não contratam nem

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

18.4.1. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

18.4.2. Risco de mercado

18.4.2.1. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 26 de setembro de 2025, a Companhia liquidou sua dívida atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia liquidou ambos os instrumentos na mesma data.

18.4.2.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação vigente, é atualizada anualmente por índices de inflação. A RAP é reajustada através de resolução homologatória, após aprovação pela Diretoria Colegiada da ANEEL, cuja vigência é compreendida pelo período de 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano subsequente. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas e, com isso, incorrerem em possíveis impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os cronogramas de pagamentos de suas obrigações e as suas gerações de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e de suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA (6ª Emissão de debêntures da TAESA) e os valores das taxas de juros variáveis IPCA por taxa de juros variável CDI (17ª e 18ª Emissões de debêntures da TAESA), calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 31 de março de 2026, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 60,47% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos a inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas NEs 14.1 – Empréstimos e Financiamentos e 14.2 – Debêntures e as concessões estão segregadas na NE 7.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas, baixas efetivas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

18.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures inclusive os instrumentos financeiros derivativos atrelados, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data do vencimento contratual original em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	62.671	986.533	815.635	862.499	2.294.155	2.461.565	7.338.140	14.821.198
Instrumentos financeiros derivativos	486	(428.525)	225	-	-	-	-	(427.814)
Controladora	63.157	558.008	815.860	862.499	2.294.155	2.461.565	7.338.140	14.393.384
Pós-fixada	716	59.068	63.511	128.504	134.294	282.683	1.999.086	2.667.862
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.379	2.322	-	-	-	3.701
Consolidado	63.873	617.076	880.750	993.325	2.428.449	2.744.248	9.337.226	17.064.947

18.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas dependem de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, estando, portanto, sujeitas a eventuais aumentos de preços, atrasos na entrega ou falhas por parte desses fornecedores, o que pode impactar negativamente suas atividades e resultados.

Em razão das especificações técnicas exigidas para determinados equipamentos, o mercado fornecedor pode apresentar concentração ou limitação de players qualificados, especialmente para itens de maior complexidade. Em alguns casos, essa limitação pode reduzir as alternativas imediatas de fornecimento.

Diante desse cenário, a Companhia atua de forma contínua e estratégica na ampliação e diversificação de seu portfólio de fornecimento, incluindo a busca ativa e avaliação técnica de fornecedores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de mitigar riscos de concentração e dependência. Essa prospecção considera critérios rigorosos de qualidade, preço, prazo, capacidade produtiva e conformidade técnica, bem como processos de qualificação e homologação.

Caso algum fornecedor venha a descontinuar a produção ou interromper a comercialização de equipamentos estratégicos, poderá haver impacto na continuidade das operações, exigindo a aceleração do processo de qualificação de novos fornecedores ou o desenvolvimento de soluções alternativas. Esse movimento pode demandar investimentos adicionais e prazos de adaptação, com potenciais reflexos na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingências; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado líquido do período	353.646	365.161
Resultado líquido do período proporcional às ações ordinárias (1)	202.133	208.714
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) ¹	590.714	590.714
Resultado líquido do período proporcional às ações preferenciais (3)	151.513	156.447
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) ¹	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) ²	0,34218	0,35333
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) ²	0,34218	0,35333

¹Quantidade em lotes de 1.000 ações. ²A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração do ativo de contrato de concessão	294.400	291.839	194.109	198.422
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	92.003	231.530	26.821	143.045
Operação e manutenção	287.392	268.254	272.341	254.913
Implementação de infraestrutura	444.533	267.999	102.973	133.897
Parcela variável ¹	(3.051)	(6.749)	(785)	(6.667)
Outras receitas	7.718	13.646	4.780	12.411
Receita operacional bruta	1.122.995	1.066.519	600.239	736.021
PIS e COFINS correntes	(40.011)	(38.339)	(29.224)	(29.647)
PIS e COFINS diferidos	(19.434)	(18.812)	(4.407)	(9.237)
ISS e ICMS	(103)	(218)	(103)	(155)
Encargos setoriais ²	(26.093)	(26.257)	(23.976)	(24.342)
Deduções da receita	(85.641)	(83.626)	(57.710)	(63.381)
Receita operacional líquida	1.037.354	982.893	542.529	672.640

¹Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. ²Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Implementação de infraestrutura				
- Receita	444.533	267.999	102.973	133.897
- Custos	(312.194)	(268.610)	(82.456)	(77.880)
Margem (R\$)	132.339	(611)	20.517	56.017
Margem percebida (%)	29,77%¹	-0,23%²	19,92%	41,84%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	287.392	268.254	272.341	254.913
- Custos	(50.460)	(55.620)	(42.298)	(47.574)
Margem (R\$)	236.932	212.634	230.043	207.339
Margem percebida (%)³	82,44%	79,27%	84,47%	81,34%

¹As variações refletem a eficiência na construção das empresas pré-operacionais Ananaí e Juruá, além do reforço na ATE. Compensadas pela energização dos Bancos de Capacitores na Novatrans. ²As variações referem-se, basicamente, pela revisão na margem de construção devido aos impactos do licenciamento ambiental no projeto e subsequente revisão da curva de CAPEX do projeto em 2025. ³As variações refletem o aumento da receita pela conclusão nos reforços em Banco de Capacitores da Novatrans e do projeto Pitiguari.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional bruta	1.122.995	1.066.519	600.239	736.021
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(129.247)	(310.229)	(71.985)	(261.227)
Receita operacional bruta tributável	993.748	756.290	528.254	474.794

21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
- Remuneração direta	(32.944)	(31.499)	(22.769)	(22.957)
- Benefícios	(21.377)	(18.258)	(19.493)	(16.525)
- FGTS e INSS	(12.989)	(12.421)	(12.060)	(11.409)
Pessoal	(67.310)	(62.178)	(54.322)	(50.891)
- Custo de infraestrutura	(312.194)	(268.610)	(82.456)	(77.880)
- O&M	(4.675)	(21.154)	(3.847)	(20.322)
- Outros	(1.276)	(1.111)	(1.111)	(941)
Materiais	(318.145)	(290.875)	(87.414)	(99.143)
Serviços de terceiros	(17.722)	(17.931)	(15.181)	(14.941)
Depreciação e amortização	(23.003)	(7.888)	(22.967)	(7.869)
- Provisão para riscos judiciais	(769)	(2.124)	(715)	(596)
- Outros	(4.157)	(4.637)	(2.864)	(3.862)
Outros custos operacionais	(4.926)	(6.761)	(3.579)	(4.458)
Total custos e despesas	(431.106)	(385.633)	(183.463)	(177.302)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com serviços de licenças de softwares, serviços de hospedagem de sites, consultoria administrativa, vigilância e limpeza, manutenção de sistemas/computadores, transportes, água, eletricidade e gás.

Outras receitas, custos e despesas operacionais: relacionado à reversão para custos adicionais, bem como gastos com impostos, contribuições e taxas, materiais de consumo e seguros.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Rendimentos de aplicações financeiras	31.419	20.168	25.402	13.818
Juros sobre Depósitos judiciais	2.308	622	1.447	1.403
Outras Receitas	513	980	286	557
Receitas financeiras	34.240	21.770	27.135	15.778
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(911)	(6.278)	-	(5.135)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
- Variação cambial	-	29.841	-	29.841
- Ajuste ao valor justo	-	1.908	-	1.908
	(911)	25.471	-	26.614
Debêntures				
- Juros incorridos	(234.622)	(203.887)	(220.917)	(190.148)
- Variações monetárias	(113.372)	(136.538)	(95.850)	(113.510)
- Ajuste ao valor justo	(10.419)	-	(10.419)	-
	(358.413)	(340.425)	(327.186)	(303.658)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	1.703	(9.703)	1.703	(9.708)
- Variação cambial	3.342	(35.157)	978	(32.219)
- Ajuste ao valor justo	10.419	(1.908)	10.419	(1.908)
	15.464	(46.768)	13.100	(43.835)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(343.860)	(361.722)	(314.086)	(320.879)
Arrendamento Mercantil	(11)	(34)	(11)	(34)
Outras despesas financeiras, líquidas	1.307	(4.305)	4.588	(1.980)
Despesas financeiras	(342.564)	(366.061)	(309.509)	(322.893)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(308.324)	(344.291)	(282.374)	(307.115)

Despesas e receitas financeiras atreladas às dívidas e instrumentos financeiros - por tipo	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Juros incorridos	(233.830)	(219.868)	(219.214)	(204.991)
Variação monetária	(113.372)	(136.538)	(95.850)	(113.510)
Variação cambial	3.342	(5.316)	978	(2.378)
	(343.860)	(361.722)	(314.086)	(320.879)

23. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
IRPJ e CSLL correntes	(14.480)	(7.165)	(7.043)	(5.092)
IRPJ e CSLL diferidos	(40.024)	(50.760)	(7.494)	(29.033)
	(54.504)	(57.925)	(14.537)	(34.125)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos impostos	408.150	423.086	368.183	399.286
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(138.771)	(143.849)	(125.182)	(135.757)
Equivalência patrimonial	37.477	57.840	99.107	71.761
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	17.871	2.567	13.359	-
Ajuste de diferido por mudança de regime tributário - SPT	(4.235)	-	-	-
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	33.036	(3.792)	-	-
Ajustes Extemporâneos - Baixa de diferido referente a custo de debêntures	-	23.022	-	23.022
Ajustes Extemporâneos - Baixa de diferido referente a crédito fiscal incorporado - ágio	-	6.720	-	6.720
Outros	118	(433)	(1.821)	129
Despesa de IRPJ e CSLL	(54.504)	(57.925)	(14.537)	(34.125)
Alíquota efetiva	13%	14%	4%	9%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade incentivada	Prazo
<u>Controladora</u>				
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	114/2024	TO e MA	31/12/2033
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	149/2023	TO	31/12/2032
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2031
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
MIR	SUDAM	141/2023	TO	31/12/2032
<u>Controlada</u>				
JAN	SUDENE	046/2022	BA e MG	31/12/2031

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2026 era de aproximadamente 56,70% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev, aprovado pela PREVIC, foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, PTG, TNG e ANT passaram a ser patrocinadoras. Em 31 de março de 2026, 75,04% do quadro efetivo de empregados da Controladora e 72,29% do Consolidado, participavam do Plano Taesaprev (74,69% da Controladora e 72,00% do Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), uma das controladoras da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na NE 12.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	REF
Taesa Holding						
NVT	Samambaia/DF – Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
TSN	Serra da Mesa/GO – Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
MUN	Camaçari II – Sapeaçu	002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA/BA (atual INEMA)	(b)
GTE	Goianinha - Mussuré	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	(a)
	SE Norfil	2671/2023	23/11/2023	23/11/2028	SUDEMA/PB	-
PAT	Paraíso-Açu	130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA/BA	(c)
ETEO	Taquarucu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB/SP	(d)
NTE	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	(a)
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	(a)
ATE	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)
STE	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM/RS	-
ATE II	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	(a)
ATE III	Itacaiúnas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá – Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	04/08/2025	04/08/2035	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM/RS	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/07/2027	FEPAM/RS	(e)
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM/RS	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM/RS	-
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS/TO	(f)
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		(g)
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		(h)
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		(g)
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		(g)
Controladas						
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	SEMAD/MG	-
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II- Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA/BA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	D000008/25	07/11/2025	23/10/2035	SEMAR/PI	-
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	D000007/25	31/07/2025	31/07/2035	SEMAR/PI	-
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA/RN	(h)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	(i)
	Juba – Jauru	325303/2021	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 e C2; LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 – CS	1390/2025	02/05/2025	02/05/2029	IMA/SC	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (atual INEMA), através do Decreto nº 11.235/08, isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu. A renovação foi solicitada ao IDEMA em 02/02/2026;

(d) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(e) Retificação do número da licença feita pelo órgão;

(f) Renovação solicitada pela prefeitura de Palmas;

(g) Renovação solicitada via Naturatins;

(h) Renovação solicitada ao IDEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;

(i) Renovação solicitada via SEMA/MT.

Licenças expedidas às controladas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação/Única nº	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	-	365881/2026 365911/2026	19/01/2026	19/01/2036	IAT-PR
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	1500/2024	-	27/11/2024	27/11/2030	IBAMA
TNG	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	-	1080405/2025	28/11/2025	28/11/2029	SEMA-MA
	LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	-	1743/2026	30/01/2026	30/01/2036	IBAMA-MA
	SE Encruzo Novo	1002952/2024	-	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA
	LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	-	1054907/2025	07/08/2025	07/08/2029	SEMA-MA
	SE Santa Luzia III	-	1065104/2025	24/09/2025	24/09/2029	SEMA-MA

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Energização da Controlada Pitiguari - Em 15 de junho de 2025 a Pitiguari passou a receber 100% da RAP do empreendimento, com cerca de 26 meses de antecipação para o 1º trecho e 22 meses de antecipação para o 2º trecho.

Trecho	Emissão do TL ¹	Efeitos retroativos	% da RAP do empreendimento
2º - LT 230 kV Abdon Batista - Videira (CD)	17/06/2025	15/06/2025	80%
1º - LT 230 kV Abdon Batista - Barra Grande (C3)	08/01/2025	30/12/2024	20%

¹ Termo de Liberação emitido pelo ONS.

Entrada em operação reforços NVT - Em 05 de fevereiro de 2025, o ONS emitiu o Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz. Com a entrada em operação comercial destas instalações, a Companhia passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$18.100 (referente ao ciclo 2024-2025), correspondente a 65% da RAP total do reforço, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2025. Com isso, o reforço foi concluído integralmente com um RAP total de R\$28.069. Esta RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029. Esta última fase do reforço foi entregue com cerca de 3 meses de antecipação do prazo ANEEL.

Entrada em operação reforço TSN - Em 29 de setembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 26 de setembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$11.304 (referente ao ciclo 2025-2026). Em 07 de setembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 90% da RAP total deste reforço. A RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029.

Entrada em operação reforço SPT - Em 29 de dezembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 23 de dezembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$ 6.431 (referente ao ciclo 2025-2026). Em 20 de novembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 91% da RAP total do Reforço.

Entrada em operação reforço ATE III - Em 11 de março de 2026, o ONS emitiu o TL referente a energização do reforço da ATE III, com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$6.700 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 4 de março de 2026.

Energização parcial Tangará: Em 16 de março de 2026, o ONS emitiu os TL referentes à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia - Miranda II C1 de 500 kV na concessão Tangará. Com esta liberação, Tangará passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$35.100 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, correspondente a 32,5% do RAP total do empreendimento, com efeitos retroativos entre 25 de fevereiro e 6 de março de 2026. O empreendimento foi entregue parcialmente com 24 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL de março de 2028.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Energização parcial da concessão Saíra: em 27 de abril de 2026 o ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da Conversora Garabi 1 no âmbito do projeto de retrofit. Com esta energização, a Saíra passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.019 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 12% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Energização parcial da controlada Tangará: Entre os dias 10 e 15 de abril de 2026 o ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da SE Açailândia. Com esta energização, Tangará passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.039 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 21,3% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 10 e 13 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

Aprovação de JCP - Em 06 de maio de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de JCP referente ao resultado do 1º trimestre de 2026, no montante de R\$192.574, o que equivale a R\$0,18633271466 por ação (ordinária/preferencial) ou R\$0,55899814398 por Unit, com base na posição acionária de 11 de maio de 2026, sendo a data de 12 de maio de 2026 ex JCP e a data de pagamento em 26 de agosto de 2026.

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025 - Em 29 de abril de 2026, a AGO da Companhia aprovou a destinação do Lucro Líquido de 2025. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes no montante de R\$52.876 (R\$0,05116204939 por ação ordinária/preferencial ou R\$0,15348614817 por Unit) e dividendos adicionais propostos no montante de R\$260.226 (R\$0,25179137882 por ação ordinária/preferencial ou R\$0,75537413646 por Unit) serão efetivados aos acionistas em 27 de maio de 2026, ambos com base na posição acionária de 29 de abril de 2026. As Units da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" a partir de 30 de abril de 2026, inclusive.

Pagamentos de juros aos debenturistas:

Empresa	Emissão	Série	Data do pagamento	Juros
Taesa	12ª emissão	1ª	15/04/2026	20.308
Taesa	12ª emissão	2ª	15/04/2026	9.927
Taesa	12ª emissão	3ª	15/04/2026	10.716
Taesa	19ª emissão	Única	23/04/2026	23.054

Aumento do capital social em controladas:

Empresa	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Ananaí	06/04/2026	02/04/2026	AGE	20.000
	17/04/2026	16/04/2026		35.000
Tangará	02/04/2026	02/04/2026	AGE	15.000
	17/04/2026	16/04/2026		10.000

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Catia Cristina Teixeira Pereira	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico
Maurício Dall'Agnese	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Jell Lima de Andrade	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (indicado pela CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)	
Daniel Alves Ferreira (indicado pela CEMIG)	
Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira (indicado pela CEMIG)	
Michele da Silva Gonsales Torres (indicado pela CEMIG)	
Carolina Sánchez Restrepo (indicado pela ISA)	
Nelson Javier Mesa Palacio (indicado pela ISA)	
Jaime Enrique Falquez Ortiga (indicado pela ISA)	
Francisco Martins Codorniz Filho (indicado pela ISA)	
Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes (membro independente)	
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Mirian Paula Ferreira Rodrigues (indicado pela CEMIG)
Ronnye Peterson Baía Antunes (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Alberto Jorge Alves Oliveira da Costa (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Dirlei Luis da Silva Junior
Contador CRC RJ - 117622/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao 1º trimestre de 2026, findo em 31 de março de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras referente ao 1º trimestre de 2026, findo em 31 de março de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações